

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

REGINA VIEIRA GONÇALVES

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE MARIANA – MG E OS
SERVIÇOS PARA SEU ATENDIMENTO SOB A VISÃO DO USUÁRIO**

Mariana
2018

REGINA VIEIRA GONÇALVES

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE MARIANA – MG E OS
SERVIÇOS PARA SEU ATENDIMENTO SOB A VISÃO DO USUÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Regina Célia da Cruz.

Mariana
2018

G635p

Gonçalves, Regina Vieira.

População em Situação de Rua na cidade de Mariana • MG e os serviços para seu atendimento sob a visão do usuário. [manuscrito] / Regina Vieira Gonçalves. • 2018.

64E:

Orientadora: Pro^{fa}. MSc^a. Regina Célia da Cruz.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

I. Pessoas desabrigadas • Teses. 2. Capitalismo • Aspectos sociais • Teses. 3. Questão social • Teses. I. Cruz, Regina Célia da. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 304.4(815.1)

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

"POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE MARIANA-MG E OS
SERVIÇOS PARA SEU ATENDIMENTO SOB A VISÃO DO USUÁRIO"

Regina Vieira Gonçalves

Orientadora: REGINA CÉLIA DA CRUZ

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 10 / 07 / 2018



Profª Dra. Cristiane Silva Tomaz.



Esp. Sra. Deborah Natara Leal Aguiar



Profª Ms. Regina Célia da Cruz

Dedico o presente trabalho a Deus, a minha mãe Aparecida, a meus filhos Gustavo e Matheus e a meu namorado Ricardo.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus pai todo poderoso, que acredito ter um carinho especial por mim, pois já me concedeu várias bênçãos.

À toda minha família, em especial minha mãe Aparecida, que não mediu esforços para me ajudar a cumprir essa jornada. A meus filhos Gustavo e Matheus, que tantas vezes tiveram que abdicar dos meus cuidados e atenção durante esse tempo. A meu namorado Ricardo, por seu amor, torcida e apoio incondicional.

Aos amigos, que desde o primeiro dia vibraram com minha conquista, me aconselhando e me ouvindo, em especial Elaine com quem “eu posso contar sempre”, meu muito obrigado.

A toda a turma 14.1, principalmente às colegas Elenice, Thássia e Matilde, que muitas vezes, diante da minha vontade de desistir do curso pelas dificuldades enfrentadas, me incentivaram a continuar. Vencemos!

À minha queridíssima Supervisora de estágio, Adelize, pelo apoio constante, por sempre me incentivar e por dividir seus saberes profissionais. Foi uma honra tê-la como supervisora.

À minha orientadora Regina, pela paciência e a todos os professores por compartilharem seus conhecimentos, carinho e respeito.

À banca examinadora, assistente social Deborah Naiara Leal Aguiar e Professora Cristiane S. Tomaz, que prontamente aceitaram meu convite.

A todas as pessoas entrevistadas que contribuíram muito para realização desse trabalho.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente, aos que acreditaram e me ajudaram, muito obrigado! Vocês foram essenciais para essa conquista!

Obrigada a todos (as).

Problema Social

*“Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
Nem o bom menino que vendeu limão
Trabalhou na feira pra comprar seu pão
Não aprendia as maldades que essa vida tem mataria
A minha fome sem ter que roubar ninguém
Juro que nem conhecia a famosa Funabem
Onde foi a minha morada desde os tempos de neném
É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem
Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém
Seria um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal
Muitos me chama de pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social”*

(Seu Jorge)

RESUMO

Este estudo busca conhecer um pouco da realidade de vida das pessoas que estão morando nas ruas no que eles têm em comum: a condição de extrema pobreza, sendo essa uma expressão da Questão Social, que se manifesta na estrutura da sociedade capitalista. Sua visão da Rede de atendimento para a População em Situação de Rua. Para alcançarmos os objetivos propostos, utilizaremos a metodologia do usuário-guia, para dar voz à população em situação de rua e aos profissionais que trabalham nos equipamentos que ofertam atendimento para essa população no município de Mariana – MG. Este texto poderá contribuir com futuras pesquisas na proposta de produzir o debate acerca das Políticas Públicas.

Palavras chave: População em Situação de Rua. Sociedade capitalista. Questão social.

ABSTRACT

This study aims the understanding of the reality of homeless people in what they share in common: the extreme poverty, being this an expression of the Social Matter, which manifests in the structure of the capitalist society and in the perspective of the Service Network to the Homelessness. To accomplish the objectives proposed, we used the user-guide methodology, to give voice to the homelessness and to the professionals who work in the equipments that offer social and psychological treatment in the city of Mariana - MG. This study can contribute with future research and in the debate of Public Policies.

Keywords: Homelessness. Capitalist society. Social matter.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

Centro POP - Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNDDH - PSR/CMR - Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CONGEMAS - Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social

CREAS - Centro Referência Especializado em Assistência Social

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

LA - Liberdade Assistida

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MNPR - Movimento Nacional da População de Rua

MPC - Modo de Produção Capitalista

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

OAF - Organização de Auxílio Fraternal

PAEFI - Serviço de Proteção Especializado à Família e indivíduos

PNAS - Política Nacional da Assistência Social

PNISPSR - Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

RAPS-Rede de Atenção Psicossocial

SNAS- Secretaria Nacional de Assistência Social

SRT - Serviço Residencial Terapêutico

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UAI - Unidade de Acolhimento Institucional

UAIPop - Unidade de Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS: ALGUNS ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE ESSES CONCEITOS	14
1.1 “População em Situação de Rua”: umas das expressões da questão social.....	20
1.2 As lutas e as conquistas pelo reconhecimento dos direitos da População em Situação de Rua.....	23
CAPÍTULO II – POLÍTICAS SOCIAIS E OS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE MARIANA - MG	31
2.1 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).....	32
2.2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).....	35
2.3 Unidades de Acolhimento Institucional (UAI).....	38
2.4 Produção da rede.....	41
CAPÍTULO III – OS DEPOIMENTOS DE QUEM ESTÁ NA RUA	44
3.1 A realidade de quem está em situação de rua na Cidade de Mariana.....	47
3.2 A visão da PSR com relação aos serviços ofertados na cidade.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE A	62
ANEXO A	63
ANEXO B	64

INTRODUÇÃO

O município de Mariana foi a primeira capital de Minas Gerais, tombada em 1945 como Monumento Nacional e faz parte do Circuito do Ouro, já que é localizada em uma região de mineração. Ao analisar seu contexto histórico é importante ressaltar que surgiu em decorrência das expedições de bandeirantes paulistas por volta do século XVII e serviu de apoio para a conquista do território das Minas Gerais. No aspecto social, desde os primórdios da cidade há registros da exploração mineral pelas mãos de trabalhadores escravos, que originaram as classes menos favorecidas e submissas ao sistema social comandado pelos “senhores da época”. Seguindo o mesmo percurso, mesmo em meio às mudanças históricas ocorridas ao longo dos anos, a estratificação social ainda pode ser notada na atualidade, embora influenciada também, por fatores ligados ao desenvolvimento da cidade, das atividades comerciais, educacionais, culturais e ambientais (IBGE, 1964).

Ao estudar e lidar com as questões sociais inerentes ao município de Mariana, no decorrer do curso de graduação em serviço social pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, campus Mariana, algumas inquietações no que se refere à população em situação de rua que circulam pelo centro da cidade, culminaram na escolha do tema abordado no presente trabalho. Questões e problemas como evidenciados, a seguir, compuseram a problematização do estudo: de que forma vive a população em situação de rua na cidade de Mariana? O que os levaram a essa situação? Possuem algum tipo de trabalho? Como é o atendimento das instituições assistenciais existentes? Como o usuário enxerga e utiliza o que lhes é ofertado e como avaliam esse serviço prestado?

O presente estudo tem como objetivo pesquisar a dinâmica dos serviços de atendimento à População em Situação de Rua da cidade de Mariana, a partir do olhar dos trabalhadores e dos usuários dos serviços. Compreender suas estratégias buscando conhecer o acesso dos usuários aos equipamentos de atendimento e as atividades oferecidas pelas instituições para essa população. Conhecer a realidade das pessoas que vivenciam a situação de morar na rua, a partir de seus relatos e pesquisando as atividades laborais realizadas por essas pessoas.

A sustentação teórico-metodológica para este estudo foi de cunho bibliográfico, documental e entrevistas de campo. A busca por revelar a essência do objeto guiou a pesquisa, que ocorreu mediante papel ativo da pesquisadora, com vistas ao alcance do máximo de informação acerca do tema em questão. Para nortear a pesquisa e o referencial teórico, foram

feitos estudos a partir da obra de diversos autores como Karl Heinrich Marx, Marilda Villela Yamamoto, José Paulo Netto, Josiane Soares Santos, entre outros que desenvolvem o debate sobre o mundo do trabalho e sua relação fundante do ser social, a mais-valia e enfrentamento da questão social e suas consequências.

Esse trabalho foi organizado em três capítulos. O capítulo 1 busca discorrer sobre alguns aspectos do trabalho no modo de produção capitalista, da questão social e das políticas sociais, bem como a relação entre eles. Falar sobre esses assuntos se faz necessário para entendermos um pouco sobre a população em situação de rua que se apresenta como umas das expressões da questão social. No capítulo 2 abordaremos as políticas sociais e os serviços municipais que são ofertados para essa população na cidade de Mariana. Falaremos sobre o funcionamento de cada equipamento, bem como a dinâmica e regras de atendimento da população em situação de rua. Já no capítulo 3 são apresentados os resultados da pesquisa em campo, realizada com alguns moradores em situação de rua com a metodologia do usuário-guia, tendo como propósito de conhecer a realidade de quem está nas ruas e qual a visão da população em situação de rua sobre aos serviços ofertados na cidade.

Pretendeu-se com a pesquisa saber mais sobre a PSR e sobre a dinâmica de atendimento a essas pessoas, na cidade de Mariana: de onde vem, como sobrevivem, se exercem alguma atividade, seja ela remunerada ou não, ou se vivem somente de esmolas, assim como o que eles possuem em comum além da condição de extrema pobreza. Além disso, compreender questões como: seu momento de vida, suas expectativas e os programas existentes na cidade para a busca de seus direitos. Conhecer também como essa população vê o trabalho em geral e se existe atividades desenvolvidas pelas instituições existentes, que tratem da situação.

CAPÍTULO I – O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS: ALGUNS ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE ESSES CONCEITOS.

O Modo de Produção Capitalista (MPC) se consolidou na passagem do século XVIII ao XIX, em substituição ao modo de produção feudal¹. Logo, pode-se dizer que na entrada do século XXI, o capitalismo é dominante em todos os quadrantes do mundo, se configurando como sistema planetário e funda-se na exploração do trabalho (NETTO, 2012).

Dessa forma é importante entendermos aqui a questão social e a categoria trabalho, a fim de que possamos compreender posteriormente qual a relação da sociedade capitalista com a População em Situação de Rua (PSR), na Cidade de Mariana MG.

Nos primeiros decênios do século XX, a classe trabalhadora se insere no cenário político da sociedade exigindo seus direitos, seu reconhecimento como classe, por parte do Estado e do empresariado, para além da caridade e repressão. Essa manifestação do proletariado frente à burguesia, não é senão a expressão da questão social. É importante frisar que a classe operária reivindica direitos, frente às condições de vida e trabalho cada vez mais precárias devido à intensificação da acumulação incessante do capital. A partir de tal realidade, o assistente social passa a ser chamado a atuar nas refrações da questão social. O Estado percebe a necessidade de criar novos meios que fossem capazes de atender algumas reivindicações da classe trabalhadora, já que a caridade que era prestada pela igreja e pela burguesia não supria mais as necessidades apresentadas, tanto frente ao aprofundamento da desigualdade de classe, como o desvelamento da consciência da classe “para si”, como também a produção e reprodução das relações sociais necessárias à acumulação capitalista no estágio dos monopólios (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012).

Ainda sobre a questão social no Brasil, Almeida argumenta:

A emergência da “questão social” no Brasil encontra-se enraizada no particular processo de transição da produção de base escravocrata para uma ancorada na efetiva generalização do trabalho livre. O processo de manifestação dos antagonismos de classe no início do século XX no Brasil assumiu formas que ao mesmo tempo configuravam a tipicidade das relações sociais próprias ao capitalismo

¹ Modo de produção feudal ou feudalismo, [...] são unidades econômico-sociais “feudos”, onde a base territorial de uma economia fundada no trato da terra, o feudo pertencia a um nobre (senhor), que sujeitava os produtores diretos (servos); a terra arável era dividida entre a parte do senhor e a parte que, em troca de tributos e prestações, era ocupada pelos servos (glebas) – pastos, prados, bosques e baldios eram usados em comum. [...] (NETTO, 2010, p.68).

competitivo, assim como expressavam a permanência de traços herdados de um passado colonial (ALMEIDA, 2016, p.82).

Pensar na superação da questão social só é possível, se houver uma mudança da ordem societária vigente, portanto as políticas sociais nesta ordem, somente irão amenizar este fenômeno. Behring e Boschetti comentam sobre políticas sociais:

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, II, p.51).

As políticas sociais são políticas, de formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e controle nas necessidades sociais básicas das pessoas. As políticas sociais de modo geral são uma forma de assistência imediatista, pois não levam à mudanças estruturais na dinâmica de exploração do trabalho pelo capital, atende apenas o que é imediato ou emergente fazendo com que a mesma questão apareça várias vezes sem uma solução efetiva para sua extinção (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

As políticas sociais são pensadas e construídas pelo Estado, mais estas não se consolidam como direitos, e sim de modo assistencialista, destinado aos comprovadamente pobres, já que os serviços privados são reservados para aqueles que possuem meios para deles desfrutarem. O Estado percebe a necessidade de criar novos meios que fossem capazes de atender algumas reivindicações da classe trabalhadora, já que a caridade que era prestada pela igreja e pela burguesia não supria mais as necessidades apresentadas frente ao aprofundamento da desigualdade de classe e como também a produção e reprodução das relações sociais necessárias à acumulação capitalista (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Quanto à categoria trabalho, Netto (2012) denominou como fundante do ser social. E segundo ele:

Não se pode separar a sociedade dos seus membros: não há sociedade sem que estejam em interação os seus membros singulares, assim como não há seres sociais singulares (homens e mulheres) isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade. O que chamamos sociedade são os modos de existir do ser social; é a sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constituem o ser social e dele se constitui (NETTO, 2012, p. 49).

Esse processo acontece a partir do momento em que o homem transforma a natureza para saciar as suas necessidades básicas, inicialmente apenas para sua sobrevivência.

Posteriormente, desenvolve habilidades e instrumentos que facilitam essa transformação, vale lembrar também que é através do trabalho que se manifestam as relações sociais. Portanto, cabe definirmos a categoria trabalho, nas palavras de Marx:

Metabolismo entre homem e natureza, no qual além das necessidades comparecem também a Razão e Vontade, de modo que pode ser considerado não apenas uma atividade prático-material, mas também uma atividade crítica (MARX, 1985 *apud* GUERRA, 2000, p.8).

É importante destacar que as relações sociais vão se reproduzindo de acordo com as relações burguesa e a partir de então novas necessidades são criadas a fim de dar sustentabilidade a produção e reprodução da sociedade capitalista. Segundo Marx (1983) na sociedade capitalista, “os capitalistas detêm os meios de produção e os trabalhadores são proprietários de uma única mercadoria que é sua força de trabalho”, dessa forma, há constantes conflitos na relação de subordinação do trabalhador, que por necessidade, vende essa única mercadoria, como uma mercadoria qualquer, em troca de um salário para garantir sua sobrevivência, porém quando o trabalhador realiza seu trabalho, ele produz mais-valia que é o trabalho não pago ao trabalhador como salário e se torna a fonte de riqueza da burguesia e de pobreza do proletariado.

É dentro da compreensão da ordem burguesa, de que o trabalho assalariado é o valor mais expressivo de suas vidas e daí uma supervalorização do mesmo, sobretudo como a única forma de sobreviver/dar sustento e se realizar. Passa-se boa parte da vida nesse trabalho, considerado por essa ordem, como algo estritamente necessário para as pessoas. Nesse contexto de valorização do trabalho, podemos falar que todo segmento de atividades sofre as consequências dessa exploração do trabalhador pelo capital em busca da extração da mais valia. A lei geral da acumulação capitalista, se expressa pela igual dimensão da produção da riqueza, na polarização pela produção na mesma proporção da miséria, deixa claro sobre as desigualdades sociais que existem, e que tem relação direta com a exploração dos trabalhadores. A superpopulação relativa juntamente com a busca de mão de obra barata e desqualificada amplia a acumulação capitalista, e os reflexos desta acumulação pela exploração do trabalho, é sempre o agravamento da questão social (MARX, 1983).

Behring e Boschetti (2011) comentam sobre a gênese da questão social:

[...] A questão social se expressa em suas refrações (Netto, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. Contudo, sua gênese esta na maneira com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico, como vimos, o de constituição das relações sociais capitalistas-

e que tem continuidade na esfera da reprodução social (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, II, p.51-52).

Em resposta a essa desigualdade social enredada pelas lutas dos trabalhadores em busca de sua superação, o Estado cria as políticas sociais, a fim de “conter os ânimos” dos trabalhadores e evitar uma revolução que colocasse em xeque o modo de produção capitalista.

O processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido pela lei do valor, juntamente com a desigualdade social e o crescimento da pauperização, principalmente este último, compõem a expressões das contradições inerentes ao capitalismo.

Esta pauperização agravada pela substituição do homem pela máquina provoca uma disputa entre os trabalhadores por vaga de emprego no mercado de trabalho, garantindo a formação e a ampliação do “exército industrial de reserva”² ou superpopulação relativa.

Paralelamente aos excluídos do mercado de trabalho, observa-se um processo de precarização das condições de vida dos trabalhadores. Portanto, é possível considerar que é necessário para o capital, na medida de sua acumulação, piorar as condições de vida do trabalhador (OLIVEIRA, 2010):

Ao extrair maior produtividade do trabalho, o capitalista transforma o trabalhador em fragmentos de ser humano, em apêndice da máquina. O trabalho passa a ser entendido como sofrimento, não importa, se o trabalho é mais ou menos remunerado. Todo trabalho sob o julgo do capital se transforma em trabalho inumano (OLIVEIRA, 2010, p. 279).

No âmbito da sociabilidade burguesa, as desigualdades sociais são produzidas e reproduzidas, somadas à precarização das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. Com base nisso, os neoconservadores vem discutindo o assunto e apontando-o como uma nova pobreza. A pobreza tem sido encarada como uma deficiência dos indivíduos para se adaptarem às mudanças, pautados na igualdade de condições devido à igualdade de oportunidades, não mais como resultado do conflito entre capital e trabalho. Esta forma típica do capital de se pensar os indivíduos como “responsáveis” pela sua condição, remete-nos aos primórdios do capitalismo, quando a questão social era objeto de repressão aos pobres (NETTO, 2006).

² A acumulação do capital também impacta fortemente a classe operária. No seu desenvolvimento, acompanhado pela concentração e pela centralização, a principal consequência para os trabalhadores é a constituição do que Engels, inspirado pelos cartistas ingleses, designou como exército industrial de reserva – ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho (NETTO, 2012, p. 144).

Na atualidade, o pauperismo, vem sofrendo crescente criminalização, onde a repressão coloca as respostas para ela. Segundo Octavio Ianni (2004), quando se criminaliza o “outro”, um amplo segmento da sociedade civil, defende mais uma vez, a ordem social burguesa. Assim, as desigualdades sociais podem ser apresentadas como manifestações inequívocas de “fatalidades”, “carências”, “heranças”, quando não “responsabilidades” daqueles que dependem de medidas de assistência, previdência, segurança ou repressão. Neste sentido, o papel do Estado é a garantia de assistência social para os “comprovadamente pobres”.

Dessa maneira, no Brasil, cresce a miséria, as doenças infectocontagiosas, as pessoas em situação de rua, a criminalidade, a prostituição, a violência, e o trabalhador com condições cada dia piores de vida e trabalho. Daí a necessidade e o desafio de compreender a questão social no âmbito contemporâneo, levando em consideração a acumulação capitalista, sendo resultado da contradição capital/trabalho que promove na mesma proporção à riqueza e a desigualdade social.

A mobilização da classe trabalhadora foi determinante para a criação das políticas sociais, elas se gestaram no interior dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial e o desenvolvimento da intervenção estatal.

[...] Ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas, algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais [...] (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.47).

Essa política social que existia, tinha caráter punitivo e não protetor, e distinguiu os pobres merecedores dos não merecedores. Sendo assegurados aos merecedores de auxílio (nobres empobrecidos e adultos que comprovaram incapacidade laborativa) a concessão de uma assistência minimalista e restritiva, pautada no dever moral e cristão, não sendo sustentada pelo direito à cidadania.

No final do século XIX, algumas demandas da classe trabalhadora e suas reivindicações, foram transformadas em leis, que estabeleciam pequenas melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. No século XX, há uma mudança por parte do Estado, que incorpora um caráter mais social. Mas permanece o mesmo no que diz respeito ao reconhecimento de direitos sem prejudicar os fundamentos do capitalismo.

O surgimento das políticas sociais no Brasil foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos e pressão da classe trabalhadora, do desenvolvimento das forças produtivas e correlação das forças do Estado. Sua particularidade se refere ao peso do escravismo, do desenvolvimento desigual e combinado, da colonização do País e da sua

dependência. Sendo assim, as políticas sociais, se fundam nas necessidades humanas não satisfeitas, decorrentes das profundas desigualdades de classes inerentes ao Modo de Produção Capitalista, onde a classe trabalhadora se une em lutas sociais para a busca e defesa dos seus direitos.

De acordo com Santos (2012) com a crise do padrão desenvolvimentista na década de 1980, o Estado redimensiona seu papel na economia, deixando de ser sua principal força propulsora. As principais consequências disso foram o aumento da instabilidade nos empregos, diminuição dos postos de trabalho no setor industrial e aumento no terciário, queda da média salarial. No âmbito das lutas sociais, este é um período de avanço na organização e lutas do movimento sindical, que se caracterizou pela articulação entre as lutas econômicas e políticas.

Ainda segundo Santos (2012), a partir dos anos de 1990, com a predominância da ideologia neoliberal, nos marcos da reestruturação produtiva³, a realidade brasileira se caracteriza pela existência do desemprego de forma massiva, atingindo diferentes segmentos de classe; predominância de empregos informais, com regimes instáveis e alta rotatividade; contínua diminuição da remuneração salarial; descenso da luta e organização sindical; expansão de medidas assistenciais em detrimento das políticas de proteção social. Nesse sentido, é enfatizado que esse processo intensifica e expande a flexibilidade e a precariedade, enquanto características estruturais do mercado de trabalho do Brasil.

Com esta análise do desemprego como expressão da “questão social”, é apontado que na essência, esses traços permanecem na contemporaneidade. Além disso, é afirmado com base em dados atuais, que os empregos gerados estão em sua maioria no setor de serviços, não adquiriram ganho salarial real e não alteraram o quadro de rotatividade e precariedade. Também é destacado por Santos (2012) que desde a década de 1990 o discurso da modernidade tão divulgado pela ideologia neoliberal, tem sido na verdade, uma estratégia que atualiza os traços históricos de atraso do regime de trabalho brasileiro.

Diante disso, Santos (2012) analisa o desemprego enquanto uma característica estrutural da constituição da “questão social” brasileira, já que o regime de trabalho (flexível, precário e instável), no país se caracterizou historicamente pela precariedade, instabilidade, excesso de força de trabalho disponível para o capital, assim como, pela sua segmentação e

³O conceito de reestruturação produtiva surge em meio das mudanças na organização produtiva. Esta tem implicado, portanto no reordenamento da produção e acumulação com repercussões no mundo do trabalho, alterando processos e relações de trabalho, mediante inovações no sistema produtivo e nas modalidades de gestão, consumo e controle da força de trabalho (ALMEIDA; ALENCAR, 2001, p.100).

desvalorização salarial. A realidade brasileira sofreu um agravamento dessas condições durante o período de 1980 e 1990.

É possível assim fazer uma relação do Modo de Produção Capitalista e o trabalho, com a existência da “população em situação de rua,” apesar desse fenômeno não ser novo, podemos ver no Brasil, esse enorme contingente que tem nas ruas o seu lugar.

1.1 “População em Situação de Rua”: umas das expressões da questão social

De acordo com a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008), a população em situação de rua, “um grupo heterogêneo que tem em comum a pobreza extrema e a inexistência de uma moradia convencional” (PNISPSR, 2008), sofre preconceitos e discriminação de todas as formas, como o não acesso aos serviços públicos, transporte coletivo e serviço de saúde, pois na ordem burguesa, os homens não são reconhecidos pelo que são, mas sim pelo que têm, essas pessoas são vistas como “vagabundos, mendigos, bandidos e drogados” e acabam se tornando uma parcela da população marginalizada e privada de direitos na sociedade. O conceito de exclusão social é definido na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, segundo Castel e Alcoock: "exclusão social relaciona-se com situação extremas de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social afetiva" (PNISPSR, 2008, p. 3).

Segundo Melo (2016, p. 47), um dos primeiros registros do termo “população de rua” aparece em um documento interno da Organização de Auxílio Fraternal (OAF) de São Paulo no ano de 1978, como uma síntese genérica de um amplo contingente de pessoas:

(...) com características sociológicas e psicológicas especiais que se expressam numa dificuldade de adaptação à vida em sociedade. São os mendigos, prostitutas, alcoólatras, migrantes recém-chegados, psicopatas, egressos de prisão, menores abandonados, toxicômanos (OAF-SP 1978 *apud* ROSA, 2005, p.52).

Não se pode deixar de mencionar que essa síntese apresentada, aponta para a visão de marginalidade do indivíduo pela situação em que vive, quando falam que eles têm uma “dificuldade de adaptação à vida em sociedade”. Será que essa dificuldade não é imposta a eles pelo Modo de Produção Capitalista em que vivemos hoje?

Quando o indivíduo se encontra em situação de rua, se vê sem trabalho, ou melhor, sem emprego, já que muitos deles realizam algum tipo de trabalho, sejam de catador de materiais recicláveis, artesanatos, etc. Com a situação de rua, as atividades cessam. Mas até

então o trabalho edificava o homem. E agora? O que fazer? É uma nova realidade difícil de lidar. Nesta situação, eles encontram diversas dificuldades e ao mesmo tempo são colocados à margem no mercado de trabalho, muitas vezes por não terem endereço fixo, sendo “relegados a segundo plano” na sociedade e muitas vezes também pela família.

Segundo a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, houve um novo significado para o conceito de família com o passar do tempo:

A legislação brasileira vigente reconhece e preconiza a família como lugar essencial e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos. O conceito de família, porém, vem passando por um interessante processo de ressignificação, resultante tanto de mudanças ocorridas nas formas de organização social no Brasil quanto, especialmente, da luta de diversos movimentos sociais, como o movimento de mulheres e os movimentos em defesa dos direitos da criança, pelo reconhecimento do direito, na legislação, à diversidade de formas de estruturação familiar, que cumprem funções familiares tão legítimas quanto àquelas desempenhadas dentro da família nuclear patriarcal, formada pelo marido (chefe da casa), a mulher e os filhos (BRASIL, 2008, p.4-5).

Ainda de acordo com essa política, apesar da diversidade de determinações que produzem a “população de rua” existente, podemos pensar em 3 fatores que contribuem para a configuração dessa situação: “pobreza extrema, vínculos familiares rompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional”. Consideram-se múltiplos fatores relacionados que os levam para a rua, como por exemplo, a falta de trabalho que pode contribuir para surgimento de problemas familiares.

As pessoas em “situação de rua” enfrentam diversas dificuldades no dia a dia, não apenas para conseguir emprego, situação que é agravada pelo fato de morarem na rua, pois eles não têm endereço fixo, mas também para conseguir um lugar para ficar. Dessa forma acabam por realizarem atividades no mercado informal, como por exemplo: catador de materiais recicláveis, artista de rua, produtor de artesanatos.

Segundo Roy (2016. p. 115) essa população tem “progressivamente se constituído como objeto de um conjunto de atenções e de ações específicas dos poderes públicos”. Essa população passa a ganhar mais visibilidade e a partir de 2009, quando seus direitos passam a ser “garantidos” através do decreto nº7053 de 23 de dezembro do mesmo ano.

O decreto nº7053 de 23 de dezembro de 2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e tem como princípios:

“Art5º. São princípios da Política Nacional para a população em situação de Rua, além da igualdade e equidade: I – respeito à dignidade da pessoa humana; II – direito a convivência familiar e comunitária; III – valorização e respeito á vida e á cidadania; atendimento humanizado e universalidade e

V- respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial as pessoas com deficiência” (BRASIL, 2009).

Na sociedade capitalista, essa população é oprimida pela desigualdade social e de classe. Essa população é responsabilizada pela situação em que vivem e de certa forma, a sociedade espera que esses indivíduos saiam da atual situação de rua por si só. No entanto, o poder público municipal e estadual tem a responsabilidade de manter programas para atendimento a essa população, de forma a disponibilizar condições de subsistência, conforme prevê a nova legislação vigente, como consta na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008):

Em 1993, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamentou os Artigos 203 e 204 da Constituição Federal, “reconhecendo a Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, além de garantir a universalização dos direitos sociais”. Posteriormente, a LOAS recebeu alteração para a inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua, por meio da Lei n 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2008, p. 6).

O processo capitalista gera exploração e desigualdades, pois a acumulação do capital depende da exploração da força de trabalho, o que agrava as condições em que vivem a população em situação de rua, que utilizam as ruas como abrigo e moradia. Essa população é considerada no decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro 2009, como:

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Como consequência do Modo de Produção Capitalista, muitos trabalhadores passaram a fazer parte da população em situação de rua, sem visibilidade e desconsiderada pelo Estado e por isso acabam se tornando marginalizados e invisíveis, com seus direitos constantemente violados, direitos estes assegurados no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (CF/1988):

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (CF, 1988).

Com base nisso, a discussão sociológica acerca do tema, defende a necessidade de união e luta social em prol das pessoas em situação de rua. Isso se justifica em razão da tentativa de assegurar seus direitos, visto que nem sempre são respeitados pela sociedade.

1.2 As lutas e as conquistas pelo reconhecimento dos direitos da População em Situação de Rua

Podemos observar nas formas de intervenção social, a presença da comunidade na implementação da política, do trabalho voluntário, o uso de grupos visando a “ressocialização e a superação do problema”, vários elementos, negando-se assim a situação real em que vivem e sua problemática social e novamente o tomando como algo individual. Segundo Netto (2012, p. 46) “o trabalho é, sempre, atividade coletiva”, não dependendo assim somente do sujeito como ser social, pois esses sujeitos nunca estão isolados e sim, em conjunto, implicando a realização das tarefas de uma forma organizada e burocrática, com ritmos e obrigatoriedades pré-determinadas. Portanto o trabalho não transforma apenas a matéria natural, mas também a sociedade, com mudanças nos sujeitos e também em sua organização, surgindo assim o ser social.

Portanto é preciso auto-organização dos envolvidos em prol de um bem comum e no caso da população em situação de rua, segundo Melo (2016):

[...] o processo de auto-organização de pessoas com experiência de vida na rua, segundo o pressuposto da necessidade de participação popular daqueles que passavam a reivindicar políticas públicas que assegurassem a visão social de que são sujeitos de direitos, por reivindicação elaborada desde o ponto de vista de quem conhece o sistema de atendimento e as dificuldades da vida nas ruas (MELO, 2016, p. 45).

Segundo Melo (2016) na década de 1990, as iniciativas para esse movimento ganhou forças se configurando como uma atividade mais intensa, com mobilizações no que diz respeito à ausência de políticas públicas para o segmento, protagonizada fundamentalmente por entidades de apoio e defesa da população em situação de rua.

No início dos anos 2000, algumas pessoas já se reuniam em São Paulo e Belo Horizonte, para discutirem a vivência na rua, a auto-organização, os desafios e de que forma poderiam enfrentar tudo isso (MELO, 2016). Após o massacre da Praça da Sé⁴, a população

⁴ O Massacre da Praça da Sé ocorreu na madrugada do dia 19 de agosto de 2004, onde dez pessoas que se encontravam dormindo nas ruas do centro de São Paulo, nos arredores da Praça da Sé, no raio de um quilometro de distância, foram atingidas na cabeça por fortes e precisos golpes. Segundo as informações, todos os atingidos

em situação de rua se organizou para dar um “basta” naquela situação de violência em que viviam, o movimento assim se fortaleceu, nascendo de pessoas que viviam em situação de rua que morreram de forma tão brutal, com possível envolvimento policial no crime, pois o objeto com que os moradores de rua foram atacados era semelhante à “tonfa⁵” utilizada por policiais. Após o episódio, moradores de rua que vivia na região, começaram a procurar outros lugares para dormir com medo de serem assassinados (LUCCA, 2016, p. 27).

No primeiro ano que se seguiu após as mortes, cada dia 19 do mês, “data do primeiro ataque”, foram marcados por manifestações de rua, que procuravam lembrar as mortes que ocorreram nesse dia, considerados como “atos pela vida”.

Após o primeiro ano, a data do dia 19 de agosto tornara-se uma referência e passara, desde então, a integrar o calendário de lutas da população em situação de rua não só “contra a impunidade dos crimes”, mas também como um momento estratégico para se dar mais visibilidade e discutir sobre “melhores políticas públicas”. Por isso, as manifestações denunciavam não só o fato das violentas mortes permanecerem inconclusas e inexplicáveis para os vivos, mas também explicitavam e expunham as dores e sofrimentos daqueles que permaneciam vivendo nas ruas. Com isso, o luto pelas mortes era também uma luta em nome dos vivos, uma luta por reparação e justiça, prática que tem se tornado cada vez mais comuns nos contextos urbanos marcados pela violência e pela violação dos direitos por parte dos agentes estatais que deveriam assegurá-los (BIRMAM; LEITE, 2004 *apud* LUCCA, 2016, p. 30-31).

Dessas manifestações participaram diversas pessoas além dos moradores de rua, como religiosos, pessoas que trabalhavam com população em situação de rua, entidades militantes e também expectadores e elas ocorriam próximo à Praça da Sé. O Principal organizador dessas manifestações foi o Padre Júlio Lancellotti⁶. Além do cunho religioso, o movimento também possuía dimensão política, exigindo solução para o caso e solicitando respeito a essa população como todos os cidadãos. O dia 19 de agosto tornou-se o “Dia Nacional da Luta da População de Rua”.

O massacre, marco especial que incentiva a ação política, possibilitou então o nascimento de um movimento social da própria população de rua, que indignados e revoltados

estavam dormindo pesadamente e enrolados em seus cobertores quando foram atacados. Destes dez atingidos, quatro pessoas morreram imediatamente, duas morreram no hospital após serem encaminhadas e outras conseguiram sobreviver. (LUCCA, 2016, p.25-26). Três dias após o corrido, no dia 22 de agosto, mais 5 pessoas foram atacadas da mesma maneira onde 1 pessoa veio a falecer, totalizando assim 7 mortes. Essas últimas agressões aconteceram em pontos um pouco mais distantes da Praça da Sé.

⁵ Segundo Lucca (2016, p. 26) “a suposição era de que a arma utilizada fosse um porrete de forma cilíndrica, de ponta arredondada e não metálica para não causar perfuração.” A tonfa, é utilizada por policiais e possui características semelhantes a essas.

⁶ Possuía o título de “Vigário do Povo da Rua”, era um dos responsáveis pela Pastoral do Povo da Rua e pela Pastoral do Menor.

com a situação de violência em que viviam, procuravam adotar ações que propiciassem melhor segurança para eles.

Assim surgiu o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), iniciando oficialmente suas atividades em São Paulo e Belo Horizonte e lançado publicamente no ano de 2005, no 4º Festival Lixo e Cidadania⁷. Esse movimento procurava desempenhar um papel antes desenvolvido por entidades religiosas e outros setores sociais. Nesse movimento, os integrantes têm acesso às importantes saberes e têm oportunidade de trocarem experiências, conhecendo direitos e formando novas redes de relações, aprendendo a organizarem manifestações e performances de rua. Com o movimento, essa população ganha mais reconhecimento e voz própria e acabam tendo mais contatos com o setor político também, ganhando assim uma nova vida.

Após início do Movimento, ocorreu um avanço considerável no reconhecimento dos direitos das pessoas em situação de rua. No mesmo ano, em 2005, que o movimento iniciou-se publicamente, ocorreu o I Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua e já no ano seguinte foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com o objetivo de elaborar propostas de uma política pública para a população de rua. Em 2009, consolida-se a proposta da Política Nacional com a assinatura pelo Presidente da República do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

O Movimento Nacional em População de Rua (MNPR) é um movimento de pessoas que estão em situação de rua ou que a vivenciaram anteriormente, pessoas que lutam pelas políticas públicas de inclusão desse público, dando visibilidade, lutando para políticas públicas para o setor, pois é preciso que toda a sociedade e o governo federal, estadual e municipal, reconheçam a responsabilidade que cada um tem com essa população. O movimento está em vários Estados, é um movimento legitimado, com realização de congressos nacionais.

A partir de então, segundo Melo (2016), travou-se uma grande luta para que certas particularidades fossem reconhecidas no que diz respeito ao atendimento dessa população em serviços públicos, como: falta de endereço fixo que impedia acesso ao Programa Bolsa Família, ao atendimento no Sistema Único de Saúde, inclusão em programas de habitação popular, matrícula dos filhos em escolas públicas, ou mesmo liberdade provisória para Adolescente em Conflito da Lei. A partir de 2010, as dificuldades enfrentadas passaram por mudanças, a partir do estabelecimento da inclusão facilitada da população em situação de rua

⁷ Segundo Melo (2016), esse festival se refere ao encontro de catadores de materiais recicláveis, realizado anualmente na cidade de Belo Horizonte.

no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o que viabilizou o acesso da população em situação de rua sem a necessidade de documentos, a benefício como inclusão no Programa Bolsa Família, inclusão no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e também cadastros em programas habitacionais.

E com relação à Saúde, outra medida tomada foi a regulamentação da Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011, que regulamenta o Sistema do Cartão Nacional de Saúde e que em um de seus artigos dispensa a população em situação de rua e os ciganos da apresentação do comprovante de residência para cadastramento no SUS. Segundo Melo (2016):

Tais ações, em um primeiro momento, foram destacadas como se fossem meramente problemas técnicos a serem resolvidos, alcançando-se o público que até então estava fora dos programas sociais a partir de alguns pequenos ajustes. Trata-se de um tipo de “efeito de reconhecimento” sobre a existência de um segmento populacional pela precariedade material de seu modo de vida e que, portanto, passa a ser aceito em tais programas. De todo modo, esta inclusão mediada pela atenção a determinadas especificidades, sem as quais o atendimento não seria possível, produz legibilidade. No entanto, mais do que a forma como o Estado torna uma população legível, o que interessa saber é o alcance que isso pode ter nas práticas engendradas por este reconhecimento (MELO, 2016, p. 63).

Melo (2016) destaca ainda outros avanços importantes previstos no Decreto 7.053: inclusão de novos modos para denúncia de violações no Disque Direitos Humanos (Disque100); inauguração do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH – PSR/CMR) em abril de 2011, em Belo Horizonte, MG; criação e ampliação dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP) e dos Consultórios na Rua.

Com a Constituição Federal de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã" por ter sido criada com participação da sociedade e por ter criado uma série de mecanismos constitucionais que garantem uma maior participação da sociedade, podemos observar que a partir da sua promulgação, houve um grande avanço nas políticas sociais no Brasil, pois foram instituídos os direitos sociais.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

A gestão da Assistência Social compõe o cenário das novas políticas sociais em um ambiente entendido como desenvolvimento social. Muitas inquietudes sobre as políticas sociais nortearam a profissão dos Assistentes Sociais. O Conselho Nacional da Assistência

Social (CNAS), em 2004 aprovou a PNAS-04 (Política Nacional da Assistência Social). Seu eixo central é a proteção não contributiva como alargamento do alcance da política brasileira de proteção social como direito de cidadania e se articula a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos civis e de condições dignas de vida.

A PNAS-04 atribui-lhe a responsabilidade de garantir como direito social o alcance de seguranças sociais de sobrevivência, rendimentos, autonomia, acolhida e convívio. A LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), deve se habilitar perante o entendimento da PNAS-04 e seus eixos estruturantes. Em 2011, a lei n.12.435, reescreve a LOAS a partir do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), tornando-se LOAS-SUAS, concretizando a política pública de direitos da Assistência Social como dever do Estado no âmbito da Seguridade Social Brasileira.

A Seguridade Social é assim apontada no Artigo 194 da Constituição Federal:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

A saúde como política social constituinte da Seguridade Social conforme exposto acima, tem no Sistema Único de Saúde (SUS) um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. No Brasil, o SUS é resultado de uma luta popular pela democracia e pelo direito à saúde. Essa luta juntou diversos setores da sociedade unidos no Movimento pela Reforma Sanitária, que teve na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em março de 1986, um momento político que resultou na aprovação das diretrizes e dos princípios norteadores do SUS: universalização do acesso com equidade, integralidade da atenção, unificação institucional do sistema, descentralização, regionalização, hierarquização da rede de serviços

e participação da comunidade. Essas diretrizes subsidiaram os parlamentares da Assembleia Nacional Constituinte e foram integrados no texto da Constituição de 1988.

E conforme podemos verificar nos dados abaixo, de acordo com Ministério do Desenvolvimento Social, as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua vem avançando consideravelmente:

- 1988 – **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** – Têm como fundamento a defesa de que todos são iguais perante a lei. Assegurado no art. 5º.
- 2004 – **PNAS-NOB/SUAS** – Reconheceu a atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS.
- 2005 – **LEI nº 11.258** – No parágrafo único do art. 23º da LOAS que, na organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua (No âmbito do SUAS).
- 2006 – **DECRETO DE 25 DE OUTUBRO DE 2006** - Institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua (No âmbito do SUAS).
- 2006 – **PORTARIA MDS Nº 381, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006** - Assegurou recursos do co-financiamento federal para municípios com mais de 300,000 hab. Com população em situação de rua, visando apoio á oferta de serviços de acolhimento destinados a este público (No âmbito do SUAS).
- 2008 - Documento que apresenta a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua como forma de orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos.
- 2009 – **RESOLUÇÃO CNAS** - Conselho Nacional de Assistência Social nº 109, 11 de novembro, de 2009, que tipifica os serviços sócio-assistenciais em âmbito nacional dentre os quais, ao Atendimento a População em Situação de Rua na Proteção Especial; Serviço de Acolhimento Institucional e Serviços de Acolhimento em Republica (No âmbito do SUAS).
- 2009 – **DECRETO Nº 7.053, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009** - Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (No âmbito do SUAS).

- 2010 – **INSTRUÇÃO OPERACIONAL CONJUNTA SNAS, NO ÂMBITO DO SUAS** - Secretaria Nacional de Assistência Social e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, 22 de novembro de 2010, reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a Inclusão de Pessoas em Situação de Rua no CADUNICO.
- 2010 – **PORTARIA Nº 843, 28 DE DEZEMBRO DE 2010** – Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade, dos serviços sócio-assistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá as providências (No âmbito do SUAS).
- 2011 – **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA** – Tem o objetivo de contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua.

Já que as políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado para garantir determinado direito de cidadania, é responsabilidade do Estado, identificar quais as necessidades da população e criar mecanismos para garantia desses direitos.

Por exemplo: na Política Nacional para a População em Situação de Rua, um dos princípios é a intersetorialidade das ações que garantam igualdade de condições para o acesso à educação, à Saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social e à assistência social. Como forma de facilitar o acesso à Saúde, foi criada os Consultórios na Rua; enquanto para a assistência social há os Centros de Acolhida, centros POP, as repúblicas, as frentes de trabalho, encaminhamento para retirada de documentos, entre outros voltados para essa população (FREIRE; SANTANA, 2016, p. 89-90).

Os assistentes sociais têm um importante papel na construção de políticas públicas para atendimento a essa população, desde a atuação profissional até a participação nos movimentos sociais. Podemos citar a conquista do Sistema Único de Saúde – SUS. Uma nova demanda surge para o serviço social quando na saúde, surge a proposta de mudança de um modelo biomédico para um de base comunitária, centrada no sujeito e não mais na doença, isso quer dizer que a saúde para ser alcançada, não devemos considerar apenas as doenças e os procedimentos destinados à cura e ao restabelecimento, mas também, é necessário considerar o meio onde essas pessoas vivem, sua cultura e povos.

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua é fruto das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua, instituído pelo Decreto s/nº,

de 25 de outubro de 2006, e composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da fundamental participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada. Ressalte-se o protagonismo que o público-alvo desta Política Nacional, por meio do MNPR, tem em todo o processo de avaliação e discussão das propostas.

Essa política prevê um atendimento humanizado e universalizado onde se respeite a dignidade da pessoa humana, mas não adianta apenas alterarmos os serviços se não modificarmos a forma como queremos cuidar.

Para o Serviço Social é importante que conheçamos as políticas públicas que norteiam as nossas práticas profissionais, pois elas são constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, sendo assim são necessários monitorá-las. Os profissionais ainda têm o desafio de garantir o apoio e adesão dos gestores, como prefeitos e governadores, à defesa e cumprimento dessas normativas.

CAPÍTULO II – POLÍTICAS SOCIAIS E OS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE MARIANA – MG.

A cidade de Mariana é marcada por acontecimentos históricos ao longo da sua existência. Nesse contexto, destaca-se que, o município tombado como patrimônio, viveu momentos de apogeu e também de declínio socioeconômico. No que tange ao contingente populacional, três momentos principais marcaram a sua urbanização: a fundação, a corrida pelo ouro e a exploração mineral. Nesse entremeio, muitas pessoas advindas das mais diferentes regiões brasileiras e também do exterior passaram a residir em Mariana, Minas Gerais (GRACINO JUNIOR, 2007).

Apesar das expressões da questão social estarem presente em toda parte do Brasil, daremos enfoque nesse estudo para a cidade de Mariana, que no decorrer do desenvolvimento municipal, ao longo dos anos, o aumento do contingente populacional de forma desordenada contribuiu para aumentar também o pauperismo. Tal evento ocorrendo de maneira não planejada acarretou ao município e a população, graves transtornos sociais, tais como: aumento da violência, uso abusivo de drogas, desemprego, aumento de crimes, roubos, infrações, problemas de moradia, transtornos de saúde física e mental como informalmente é relatado pelos próprios moradores. Sendo assim, entende-se que esse é um dos principais fatores ligados à PSR, já que o desenvolvimento não acompanhou o aporte de pessoas, com oportunidades de emprego, moradia e subsistência.

Com relação à saúde dessa população, em 2007 ocorreu a 13ª Conferência Nacional de Saúde onde foi aprovada a Moção Nº 101 de apoio à inclusão da população em situação de rua no Sistema Único de Saúde. Em 2009, além do Decreto que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, foi constituído também o Comitê Técnico de Saúde para essa população por meio da Portaria MS/GM nº 3.305, de 24 de dezembro de 2009. Esse fato possibilitou um grande avanço na área da Saúde para esse público. Esse Comitê é constituído por representantes de algumas Secretarias do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz e por representantes de Entidades da Sociedade Civil organizada. Desse modo, as conquistas na área da Saúde foram obtidas com a efetiva participação da sociedade civil.

Nos municípios onde não existe o Consultório de Rua, como é o caso de Mariana, o acesso da população em situação de rua ao SUS, que é uma política pública e gratuita, se dá pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e pelas Unidades de Pronto Atendimento (UPA,s). Aqui em Mariana, eles procuram ou são levados, de acordo com a necessidade, para a

Policlínica Municipal que é a UPA, seguindo sempre o fluxograma de atendimento elaborado em conjunto entre o CAPS, CREAS, UAI e os usuários. Esse fluxograma não é previsto em legislação, é uma estratégia da equipe para dinamizar o atendimento, colocando de forma clara o fluxo a ser seguido para melhor atender a população em situação de rua da cidade.

De acordo com as informações coletadas durante a pesquisa de campo, tanto com os profissionais dos serviços quanto os usuários, grande parte da população de rua da cidade, têm histórico de utilização ou fazem uso de álcool e/ou outras drogas e de acordo com a psicóloga entrevistada do CAPS, por isso ou pelo fato de alguns deles serem portadores de algum transtorno mental, “a grande maioria ou todos” fazem acompanhamento no equipamento.

No que tange os principais serviços de atendimento a essa população, destacam-se: Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e Unidade de Acolhimento Institucional para População em Situação de Rua – UAIPop, também chamado de abrigo. No entanto, a população tem acesso aos demais serviços da rede municipal, como será tratado.

Foi realizada pesquisa de campo nos equipamentos que ofertam atendimento à população em situação de rua, CAPS e CREAS, sendo que no UAI não foi possível realizar a visita no equipamento pelo fato do mesmo pertencer à alta complexidade, e por isso ser necessário segundo, entrevista com o profissional do CREAS, “uma autorização muito burocrática”, mas foi realizada entrevista com o chefe de abrigo que forneceu detalhes, tanto de estrutura quanto do funcionamento do abrigo.

O contato com as pessoas que vivem em situação de rua foi feito durante várias visitas realizadas no CREAS onde eles ficam durante todas as manhãs, desde o café da manhã até o almoço que é ofertado no local e também nas ruas de Mariana, geralmente no Terminal Turístico.

2.1 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS (2018), a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) passa a ser formada pelos seguintes pontos de atenção (Serviços): CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), em suas diferentes modalidades; Serviço Residencial Terapêutico (SRT); Unidade de Acolhimento (adulto e infanto-juvenil); Enfermarias Especializadas em Hospital Geral; Hospital Psiquiátrico; Hospital-Dia; Atenção Básica; Urgência e Emergência; Comunidades Terapêuticas e Ambulatório Multiprofissional de Saúde Mental.

A Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002 estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial se constituam nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional e só poderá funcionar em área física específica e independente de qualquer estrutura hospitalar. Deverão também formar-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território.

De acordo com a prefeitura de Mariana, a população em 2013 na cidade, era estimada em 57.639 habitantes. Com esse número de habitantes, o CAPS que se constitui na cidade, de acordo com a lei, é o CAPS I, que atende aos seguintes usuários de acordo com o Art. 4º, Inciso I, da Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011:

I - CAPS I: atende pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e também com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas de todas as faixas etárias; indicado para Municípios com população acima de vinte mil habitantes (BRASIL, 2011).

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) nas suas diferentes modalidades são pontos de atenção estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS: serviços de saúde de caráter aberto e comunitário constituído por equipe multiprofissional e que atua sobre a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em sua área territorial, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial e são substitutivo ao modelo asilar.

O CAPS foi fundado na cidade de Mariana em 2012, mas segundo a Psicóloga entrevistada que trabalha no equipamento, o serviço de saúde mental funciona no município há mais de 15 anos. Funcionava como um ambulatório de saúde mental que fazia o acompanhamento dos casos, mas segundo ela, “tinha psicólogo, psiquiatra, tinha terapeuta ocupacional, mas era um ambulatório, não era um serviço em que os pacientes ficavam, não tinham permanência dia, não era em formato de um CAPS”.

No CAPS, a população em situação de rua conta com o atendimento à saúde, pois segundo a psicóloga entrevistada do CAPS “grande parte dessas pessoas sofre de algum tipo de transtorno mental ou fazem uso abusivo das drogas, mas os que estão relativamente ‘bem’ possuem a liberdade de procurarem atendimento em alguma Unidade de Saúde de pronto atendimento.” Ainda segundo ela, o “adequado” com essa população seria o Consultório na

Rua, o que não existe na cidade de Mariana. Freire e Santana (2016) citam a importância do Consultório na Rua:

Na tentativa de minimizar as desigualdades, a fim de fortalecer o cuidado e a criação de vínculo na rede de atenção à Saúde, em 2011, o Ministério da Saúde criou os Consultórios na Rua. Trata-se de equipes da APS compostas por profissionais com responsabilidade exclusiva de articular e prestar atenção integral à Saúde das pessoas em situações de rua. Eles foram criados para ampliar o acesso dessa população aos serviços de Saúde. O Consultório na Rua seria a porta de entrada da pessoa em situação de Rua no SUS, da mesma forma que as ESF são a porta de entrada para a população que tem residência fixa (BRASIL, 2011, *apud* FREIRE; SANTANA, 2016, p. 97).

O CAPS um funciona de 08:00hs às 17:00hs, e quando os usuários precisam de atendimento depois desse horário, são encaminhados para o hospital, conforme podemos ver na fala da Psicóloga do CAPS:

CAPS 1 aqui não funciona 24 horas, funciona de 8:00hs as 17:00hs, quando precisa de um suporte 24 horas, ou seja, uma pernoite, é encaminhado para um hospital geral, então municípios pequenos como o nosso, tem que ter uma rede, com hospital geral com dois leitos psiquiátricos disponíveis, por exemplo, se chegou aqui um caso grave, com urgência, ele não vai poder pernoitar aqui, porque o serviço fecha às 17hs, se não é um caso que precisa ser internado, o paciente é encaminhado para o hospital geral, podendo pedir uma pernoite, ou passa o fim de semana e volta na segunda, o hospital geral aqui de Mariana é o Hospital Monsenhor Horta, CAPS 1, não é 24 horas e é referência para toda as demandas, não só paciente mental, mas paciente de álcool e drogas também (Entrevista Psicóloga CAPS – 08/06/2018).

No CAPS de Mariana o atendimento à população em situação de rua, não é feito por equipe específica, mas sempre que é necessário, esses indivíduos recebem acompanhamento com psicólogo, psiquiatra, terapeuta ocupacional, médico, enfermeira e antes eles eram acompanhados também por uma assistente social, mas ela foi deslocada para outra demanda interna no CAPS e não mais atende a essa população.

No equipamento, além de um ambulatório com psiquiatra, também funciona a “Permanência Dia”, com capacidade para 30 usuários, que é um espaço onde os usuários que estão em crise ficam durante o dia, de 8:00hs até as 15:00hs, onde é servido o café da manhã, almoço e café da tarde, e nesse tempo, acontecem as oficinas com objetivo terapêutico, 1 profissional de nível superior e 1 profissional de nível médio acompanham essas atividades e de acordo com a necessidade o psiquiatra ou outro profissional é chamado para atender as demandas. A população em situação de rua que está sendo acompanhada pelo CAPS, dependendo do Projeto Terapêutico Individual de cada um, também participa dessas oficinas, de acordo com a necessidade.

2.2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é uma unidade da política de Assistência Social, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e constitui-se como serviço de referência, coordenador e articulador da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Os serviços são gratuitos, onde são atendidas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; em decorrência de violação de direitos; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) por adolescentes, entre outras (MDS, 2018)

A unidade, de acordo com o MDS (2018), deve obrigatoriamente, ofertar também o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)⁸, podendo ofertar outros serviços, como Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas famílias. Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, no CREAS também são ofertadas informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal, etc.

As pessoas podem ser encaminhadas ao CREAS pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, por outros serviços da assistência social ou de outras políticas públicas e por órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (como o Ministério Público). Dentre esse público, o CREAS de Mariana, atende também a população em situação de rua e faz os encaminhamentos necessários de acordo com um fluxograma de atendimento para a população em situação de rua.

O número de pessoas em situação de rua que são atendidas em conjunto pelo CREAS e CAPS em Mariana, gira em torno de 25 pessoas. Somente no CREAS, de acordo com últimos registros, 71 pessoas já passaram pelo serviço e em abril de 2018, o número era de 39 pessoas em situação de rua, esses números contam também com registros de migrantes. Desses 39, apenas 6 eram mulheres. Na última atualização desses registros, realizada no mês de maio de 2018, o número de pessoas em situação de rua foram 44 usuários, com um total de

⁸ De acordo com o MDS (2015), o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), é um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.

19 migrantes/trecheiros⁹ e seis mulheres. O CREAS é a porta de entrada dessa população na cidade.

O perfil de idade, das “pessoas em situação de rua” atendidos no CREAS de Mariana, é amplo, de 18 a 67 anos, com predomínio de pessoas na casa dos trinta anos. Desses usuários, a maioria possui ensino fundamental incompleto e apenas cinco pessoas possuem ensino superior incompleto.

Quando eles chegam ao CREAS para cadastro, geralmente estão sem documentos, nesse caso eles são orientados a abrirem boletim de ocorrência, ou apresentam apenas a certidão de nascimento e identidade que são mais fáceis de conseguirem nos equipamentos que frequentam. Esses documentos são guardados em pastas que os usuários possuem no CREAS.

Os usuários assistidos de forma regular são na maioria do município de Mariana mesmo ou são pessoas que constituíram lar na cidade. Ainda nos registros, existem pessoas que vieram da Bahia e do norte do país. Com exceção dos migrantes, todos esses usuários possuem algum familiar na cidade e somente os que se recusam não possuem contato com esses familiares.

A maioria dos usuários, segundo relato do profissional responsável pelo atendimento à população em situação de rua do CREAS, citam problemas familiares consorciados ao consumo excessivo de álcool e/ou outras drogas, e/ou perda de emprego como razão dos mesmos irem para as ruas. Ele relata ainda que o “trabalho que é desempenhado no CREAS com essa população, demanda muito tempo e disponibilidade, pois quando eles chegam ao local procurando atendimento, eles não têm muita paciência para esperar e querem ser atendidos logo”.

No CREAS de Mariana, possui um espaço de vivência para a população em situação de rua que conta com local para eles lavarem roupas, banheiro de uso exclusivo deles, local para tomarem banho com água quente e ainda local com armário para guardarem seus objetos pessoais, cada um possui um armário. O CREAS também oferece para eles o café da manhã, almoço e café da tarde em horário pré-estabelecido, sendo que o almoço apenas é servido para os usuários que permanecem no equipamento na parte da manhã após o café, participando das

⁹Os trecheiros referem-se aos sujeitos que perambulam de cidade em cidade a pé ou por meio de passes de ônibus concedidos pelas empresas de transporte terrestre em parceria com as prefeituras municipais, permanecendo nas ruas e sobrevivendo da ajuda dos serviços públicos de assistência social ou de acaques (pedido de ajuda feito com educação, esperteza e justificativas convincentes). Permanecem na cidade por algum tempo, mas dificilmente se fixam nela, deslocando-se para outra e assim sucessivamente (FREITAS; JUSTO, 2016, p. 107).

atividades que lá acontecem, podendo ser artesanato, sessão de filmes e jogos que funcionam como atividade lúdica que permite interação com o usuário.

O CREAS fornece aos usuários que vivem em situação de rua, cobertores e kit higiene, contendo escova de dente, pasta, sabonete e conta também com doações de materiais realizadas pela sociedade civil, como roupas, sapatos e objetos pessoais, que são repassados com controle, para as pessoas em situação de rua que lá procuram para serem atendidos.

Anteriormente também funcionavam no CREAS, “oficinas de letramento” em parceria com a pedagogia da UFOP que atualmente acontece no abrigo. Hoje existe planejamento para realização de um trabalho voltado para economia solidária na área de artesanato, oficinas de produtos de limpeza, entre outras, mas para isso ser concretizado, é necessário material físico e humano, e hoje no CREAS existe somente um psicólogo que atua com a população em situação de rua. Nesse contexto, é possível observar que, muitas vezes, o déficit no quadro dos funcionários, compromete o acompanhamento adequado da PSR, já que a equipe não consegue atender a demanda conforme o necessário.

Essa precariedade começa na contratação dos funcionários que é feita em forma de contrato e não de forma efetiva, o que muitas vezes não permite uma continuidade no trabalho executado.

Na cidade existe um trabalho em equipe, uma parceria¹⁰ entre o CAPS e o CREAS, parceria essa, que em entrevista realizada com o profissional responsável pelo atendimento à população em situação de rua do CREAS, o mesmo informou que “não existe em outros municípios que foram visitados, como Contagem, Betim, Pará de Minas, Conselheiro Lafaiete, locais em que às vezes, esses serviços nem dialogam um com o outro”. Isto se justifica pelo fato da parceria ser uma iniciativa do próprio CAPS e CREAS na tentativa de desenvolver um trabalho em rede, que facilite o acesso dos usuários, assim como a realização do trabalho, o que por sua vez permite o compartilhamento de objetivos e metas, conseguindo interação entre diferentes equipamentos institucionais. Essa prática permite compartilhar responsabilidades e reivindicações por meio do objetivo comum que é o bem estar da população em situação de rua. Entretanto, a iniciativa não parte de determinação normativa de nenhum dos equipamentos.

¹⁰ Esse assunto será aprofundado no item 2.4.

2.3 Unidades de Acolhimento Institucional (UAI)

Os dados da pesquisa foram coletados mediante entrevista detalhada com o chefe de departamento do abrigo. Durante a coleta dos dados foi possível entender sobre o funcionamento do local, estrutura física e distribuição dos atendimentos no espaço físico, bem como a capacidade de atendimento local. Não foi possível realizar visita na UAI de Mariana, de forma que o entrevistado detalhou as informações.

A Unidade de Acolhimento Institucional – UAI, é um equipamento da assistência social, vinculado à Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Este serviço tem como objetivo atender a população em situação de rua de forma integral, de modo a promover a construção da autonomia e o processo de reinserção social do usuário. Esse objetivo acaba sendo o mesmo de toda a rede de atendimento para essa população. Essa rede é composta pelo CAPS, CREAS e UAI.

Na cidade de Mariana existe o UAI Criança, UAI Adolescente, e UAI Adulto Masculino. Já existe na cidade um local onde funcionará o UAI Adulto Feminino, mas segundo o chefe de departamento de abrigo, o início de atividade no local, se dará após a contratação de técnicas (os) para o atendimento, pois apesar da casa já ter sido reformada e estar preparada para receber as mulheres em situação de rua, no momento a cidade não tem equipes disponíveis para trabalhar no local.

O UAI não pode ser exposto, com placas indicativas do que funciona lá, para garantir a privacidade dos usuários, diante da sociedade que muitas vezes os criminalizam, discriminando-os e colocando-os sempre à margem.

Os recursos que mantêm a instituição advêm da Secretaria de Desenvolvimento Social e cidadania da cidade de Mariana. O chefe de departamento do abrigo atua no local desde 2016 e também desenvolve ações como educador social com a população em situação de rua no CREAS.

A implementação deste equipamento oferece aos usuários, local de moradia, alimentação, higiene pessoal, e acompanhamento especializado pelos equipamentos da rede sócio assistencial e de saúde.

O encaminhamento das pessoas em situação de rua para a UAI, ocorre exclusivamente através do CREAS, conforme o fluxo, contudo, a decisão de ir para o abrigo deve ser voluntária por parte do usuário. A partir do encaminhamento, essa tomada de decisão ocorre em consenso entre usuário, CREAS, CAPS e a UAI. Esse procedimento baseia-se na premissa do respeito e busca pela garantia da segurança dos acolhidos e dos funcionários do local,

principalmente levando-se em conta que os acolhidos devem primeiramente passar por atendimento e acompanhamento psiquiátrico e psicológico, para que possam conviver com os demais.

Trata-se de um equipamento “de passagem”, onde os acolhidos podem permanecer por período determinado, até reunirem as condições necessárias para retomar o curso de suas vidas, voltando para a família ou meios para sua sobrevivência de forma autônoma. No UAI Adulto Masculino de Mariana, esse tempo não é padrão, mas os casos são avaliados de 3 em 3 meses, devido ao caráter temporário do serviço. Durante esse tempo acredita-se que o acolhido tenha se estabilizado. Após esse prazo se não houver mudança nas condições do usuário, a equipe se reúne para discutir o caso e se for verificado que o indivíduo está comprometido com sua estabilização, sua permanência pode ser prorrogada, conforme a necessidade. Seria essa uma “condicionalidade” para garantia dos direitos dos moradores de rua? Sendo assim se torna ainda mais necessário a atuação de um assistente social nesses equipamentos para atendimento dessa população.

O público que é atendido no local são as próprias pessoas em situação de rua, que se apresentam, predominantemente, homens com idade acima de 18 anos em acompanhamento pelo CREAS.

Vale frisar, como já exposto, que para o usuário ser encaminhado para o abrigo, alguns critérios são adotados, tais como: estar referenciado à equipe do CREAS, frequência dos atendimentos nos equipamentos que referenciarão os casos, vínculos familiares rompidos e vontade/desejo do usuário.

O UAI Adulto Masculino de Mariana, foi fundado em 2012 e funciona no bairro São Gonçalo em uma casa alugada, com capacidade para 12 pessoas, com 4 quartos, 2 banheiros, uma sala com TV com antena, um espaço onde são servidas as refeições, uma cozinha, uma sala onde ficam os armários dos acolhidos (cada acolhido possui um armário) para que eles guardem seus pertences, um escritório e uma sala que é utilizada para reuniões e que possui uma minibiblioteca com alguns livros. A casa conta ainda com uma área de fumantes e um quintal cimentado. Atualmente encontram-se abrigadas 10 pessoas. Das pessoas que estão no abrigo, 4 são de Mariana, 1 é daqui, “mas passou 17 anos em BH e agora voltou” e 2, dos municípios de Ponte Nova e Rio Casca, vieram para Mariana, romperam um relacionamento e segundo relato do chefe de abrigo, por esta razão foram morar nas ruas.

Conforme as informações do chefe de departamento do abrigo, em entrevista, a maioria dos usuários do abrigo possui algum transtorno mental ou fazem uso abusivo de drogas e fazem acompanhamento no CAPS e alguns já estão retomando os vínculos com

a família, o que é feito apenas quando eles estão estabilizados e a família tenha condições para recebê-los.

Em entrevista ele revelou ainda que, no primeiro ano de sua gestão, foram abrigadas 21 pessoas, dessas 21 pessoas, 4 voltaram para a família, 5 conseguiram trabalho. As pessoas em situação de rua que ainda dormem pelas ruas da cidade ou mesmo imigrantes que passam pelo abrigo, preferiam que o local funcionasse como albergue, que oferece apenas pernoite e café da manhã, mas os albergues não possuem a característica de reinserção social, com acompanhamento do usuário, não sendo possível estabelecer vínculo, já que no abrigo de Mariana há essa preocupação por parte da equipe, buscando-se preservar o atendimento do serviço de saúde mental para os acolhidos, para que haja a retomada dos vínculos com as suas famílias ou sua busca por novas condições de subsistência.

Conforme o chefe de departamento do abrigo entrevistado relata, o albergue funcionaria como “transferência de problemas”, não resolveria a situação, por exemplo, no caso dos “trecheiros,” eles passariam na cidade 1 ou 2 noites, seguiam sua viagem e continuariam “perdidos” em outra cidade. Já em Mariana, os acolhidos passam por acompanhamento social e psicológico, esse é um diferencial do abrigo em relação ao albergue.

Durante a entrevista, ele nos informou também que os abrigados de Mariana têm a opção de durante o dia ficar no abrigo ou irem para a horta que eles cuidam que fica na sede da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. Um dos usuários do abrigo que participa da horta faz parte do Programa Ativa Idade¹¹.

Alguns também passam o dia no CAPS participando de oficinas e fazendo o acompanhamento relacionado à saúde mental dos mesmos. No abrigo ocorre também “oficina de letramento” em parceria com alunos da Universidade Federal de Ouro Preto –UFOP, que é um programa e tem como objetivo oferecer aos usuários oportunidades para a aprendizagem da leitura e da escrita. No abrigo os usuários são incentivados a voltarem a estudar como é o caso de um deles que está participando do EJA – Educação para Jovens e Adultos. Lá também é servido café da manhã, almoço e jantar. Esses projetos e oficinas têm objetivos

¹¹A Lei Nº 3155, de 11 de Julho de 2017, dispõe sobre o Programa Ativa-Idade de Reinserção ao Mercado de Trabalho, que visa oferecer aos homens e mulheres com idade superior a 55 (cinquenta e cinco) anos, e que ainda não obtiveram aposentadoria previdenciária, oportunidade de exercício em atividade remunerada em frentes de trabalho transitórias da Prefeitura Municipal de Mariana. O programa atenderá também, homens com idade inferior a 55 anos, não atendidos por outros programas governamentais, e que se encontram em situação de vulnerabilidade social e / ou psicológica comprovada por meio de Relatório Social emitido pelo CREAS ou CAPS

terapêuticos e os usuários são direcionados para as oficinas de acordo com a necessidade identificada pelo profissional responsável pelo seu acompanhamento.

As regras de convivência entre os usuários são debatidas entre os trabalhadores e os usuários. Nesse momento, a orientação sobre as normas e condutas é explicada detalhadamente para que não haja dúvidas, visto que não é permitida a ocorrência de discussões, e a aceitação das regras faz parte de um critério para o encaminhamento e acolhimento por parte do abrigo. O acolhido também não pode dormir fora da casa, caso necessite por algum motivo, precisa comunicar e ser autorizado, mantendo-se assim a “disciplina local”. Ressalta-se que as regras foram feitas com a ajuda dos próprios usuários.

Os usuários que não fazem uso do abrigo, por não quererem perder sua liberdade de “ir e vir”, segundo eles, deve ser respeitado. O direito de ir e vir estão expressos na constituição federal de 1988, que se encontra no artigo 5º, inciso XV: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens”. O direito de ir e vir faz parte do direito natural do ser humano, devendo ser limitado apenas para o bom convívio em sociedade. Na cidade de Mariana essas pessoas geralmente ficam próximas ao Terminal Turístico, do lado de fora do CAPS, na rodoviária e debaixo da ponte de tábuas que fica próximo ao CREAS.

2.4 Produção da rede

Atualmente existe no município uma equipe interdisciplinar fruto da integração entre diferentes serviços. A UAI (Unidade de Acolhimento Institucional) e o CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) equipamentos vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social e no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) vinculado à Secretaria de Saúde. O trabalho realiza-se em conjunto e os profissionais articulam todas as ações referentes ao atendimento da População em Situação de Rua – PSR. Essa parceria entre as secretarias existe desde março de 2014.

Essa Interdisciplinaridade existente entre os profissionais é citada por Vasconcelos (2010):

A interdisciplinaridade, por sua vez, é entendida aqui como estrutural, havendo reciprocidade, enriquecimento mútuo, com uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados. Existe a identificação de uma problemática comum, com levantamento de uma axiomática teórica e/ou política básica e de uma plataforma de trabalho conjunto, colocando-se em comum os princípios e os conceitos fundamentais, esforçando-se para uma decodificação

recíproca da significação, das diferenças e convergências desses conceitos e, assim gerando uma fecundação e aprendizagem mútua, que não se efetua por simples adição ou mistura, mas por uma recombinação dos elementos internos (VASCONCELOS, 2010, p. 47).

A equipe de profissionais do CAPS, CREAS e Abrigo, conforme já explicitado, é formada por educador social de nível médio e superior, terapeuta ocupacional, psicólogos, psiquiatras, enfermeira e médico. São realizados acompanhamento e assistência das “pessoas em situação de rua” em relação à garantia de direitos sociais e cuidados da saúde.

A equipe não conta mais com um Assistente Social, que tendo como referência a Lei de Regulamentação da Profissão e os princípios do Código de Ética Profissional, desenvolve a atuação profissional em vários âmbitos com a população em situação de rua como nos aponta o CRESS-MT, (2018):

[...] acolhida e a recepção das demandas expostas pelos/as usuários/as, bem como prestação de informações, orientações e encaminhamentos necessários à rede socioassistencial, às demais políticas públicas e órgãos de defesa; participação do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada usuário/a e respeitando a sua autonomia; realização de atividades, por meio de metodologias e técnicas individuais e coletivas que possibilitem debater a realidade social e construir novos projetos de vida; realização de visitas domiciliares a familiares e/ou pessoas de referência desse indivíduo ou família que está em situação de rua, dentre outras ações (CRESS-MT, 2018).

A equipe realiza abordagens sociais e buscas ativas, além de atendimentos realizados nos serviços. Oferece espaços para atividades coletivas, higiene pessoal, autocuidado e guarda de objetos. Ocorre também encaminhamento para o resgate de documentos, acesso a benefícios sociais, contato com familiares, atendimento médico, psicoterápico, terapia ocupacional, entre outros.

A equipe se reúne semanalmente para discussão de casos, e também foi definido um fluxo intersetorial de atenção a PSR e o público alvo é convidado a participar de encontros mensais com a equipe técnica intitulada “Café com Prosa”.

Ocorre também de dois em dois meses, um fórum de discussão com reuniões ampliadas, aberto a vários profissionais da rede, com participação dos serviços, da população de rua e também da sociedade civil que queira saber mais sobre o assunto. Esse é um momento muito importante, pois ocorre articulação dos usuários com os diversos setores da sociedade. É nesse momento também que os usuários têm a oportunidade de colocarem suas necessidades, de se organizarem politicamente para terem voz nos processos e nos serviços que são ofertadas para eles na cidade.

Vale lembrar que, a Rede de Atenção Integrada de Mariana para atendimento dessa população, não faz parte de nenhum projeto de lei. A rede foi idealizada e pactuada entre os serviços e os usuários, como forma de melhorar os serviços prestados, bem como facilitar a comunicação entre os profissionais e usuários.

CAPÍTULO III – OS DEPOIMENTOS DE QUEM ESTÁ NA RUA

O presente capítulo tem o intuito de apresentar as narrativas da PSR, com base na pesquisa de campo realizada a partir da metodologia do usuário-guia, que nas palavras de Moebus, Merhy e Silva (2016) significa “usuário como guia do processo da produção do saber”, procurando justamente “outros pontos de vista sobre determinada problemática”, possibilitando assim uma maior aproximação da realidade vivida pela “população em situação de rua”. Com os relatos desses chamados “usuários-guia”, tivemos oportunidade de enxergar a situação pelo olhar deles, indo além do ponto de vista técnico, indo além do que nos é aparente, com situações vivenciadas diversas, levando a pesquisa a considerar mais o sujeito.

Portanto, uma concepção de pesquisa que possa trazer o usuário para a centralidade da produção do saber, mas não o olhar para o usuário, não o olhar pelo usuário, mas o olhar próprio dele, sua perspectiva, o ponto de vista ao qual ele pertence, permitindo-se percorrer seus caminhos, seus trajetos, não tomando-o pela mão, mas nos deixando levar por ele, permitindo que aconteça o usuário como guia (MOEBUS; MERHY; SILVA, 2016).

Desse modo, as entrevistas não se deram a partir da utilização de formulários pré-definidos, e sim como uma conversa guiada pelos próprios entrevistados. Cabe ainda informar que todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, conforme Apêndice A, e como forma de resguardar a confidencialidade e identidade dos indivíduos, foram mencionados nomes fictícios, preservando o sigilo das informações.

A pesquisa de campo se deu por meio de entrevistas realizadas com um (1) profissional de cada serviço ofertado à população de rua da cidade de Mariana e com (3) usuários desses serviços, sendo uma pessoa usuária do abrigo, (que chamaremos aqui de Pedro) 34 anos, que veio de Maceió – Alagoas, uma pessoa que vive nas ruas (José) e um ex-morador de rua, também ex-trecheiro, que tem 36 anos, é natural de Barretos, SP (João), que ainda utiliza os serviços prestados a essa população e que nos informou que recebe o benefício do aluguel social¹².

Todos os três usuários participaram ativamente das entrevistas, contando suas estratégias de sobrevivência nas ruas, suas visões quanto aos serviços prestados a eles na

¹² De acordo com a Lei nº 3.135, de 24 de abril de 2017, do município de Mariana, o aluguel social é também chamado de Auxílio-Moradia e é “destinado a socorrer e assistir famílias em situação de vulnerabilidade ou risco habitacional, assim reconhecida pelo Poder Executivo, mediante parecer técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania – SEDESC”.

cidade e sobre suas histórias de vida. Somente o José que relatou não gostar de “lembrar do passado”, pois isso remete a lembranças ruins, sua negação em falar sobre o seu passado foi respeitada.

Diante dos relatos desses usuários, buscamos a compreensão da vivência deles nas ruas, como eles utilizam os serviços e como eles veem os atendimentos que são ofertados. Mediante essa análise, almejou-se verificar a dinâmica dos serviços de atendimento à população em situação de rua (PSR) da cidade de Mariana, a partir do olhar dos usuários dos serviços e dos profissionais, além de conhecer as estratégias utilizadas pelas instituições para o atendimento dessa população e verificar se essas pessoas desenvolvem atividades laborais.

Segundo o psicólogo do CREAS, responsável pelo atendimento da PSR, a maioria dos usuários, cita problemas familiares associados ao uso abusivo de álcool e/ou outras drogas, e/ou perda de emprego como razão de ida às ruas. É o que está refletido em uma parte do depoimento do Pedro:

[...] eu vim pra cá, comecei a morar de aluguel, meu pai estava mandando dinheiro, só que aconteceu o seguinte, minha esposa veio para cá também, mas eu descia para o terminal, a gente morava no bairro São Gonçalo, eu chegava de manhã no terminal e só saía de noite, minha esposa foi se desgastando, porque eu estava usufruindo drogas na época, o que aconteceu é que ela foi embora, e meu pai falou, agora já era não vou poder mandar mais nada para você, aí ele passou a só mandar o dinheiro da comida mesmo, porque você não quer o bem, e se você não quer o bem, não posso fazer nada, mas meu pai sempre me ajudou, como outras pessoas ajudavam, basta a pessoadizer “eu quero”, então eu passei a encontrar com um conhecido para uso exclusivo de drogas, não tinham vínculos de amizade ainda, pois amizade se conhece quando vem os problemas difíceis, ele morava na casa dele, eu tinha uma casa de aluguel, minha esposa tinha ido embora, eu estava sem trabalho, fiquei sem ter para onde ir, fui pra casa de um amigo, (...) e eu senti que não dava mais para ficar na casa do rapaz e eu fui pra rua e coincidentemente meu amigo, foi pra rua também, com aquele pensamento de derrotado, sendo a hora de se afundar todo o resto (Entrevista Pedro – 07/06/2018).

A partir do depoimento do João também foi possível verificar tal realidade:

Eu fumava crack, eu parei de fumar crack, mas a minha vida já tinha ido para o buraco, e aí poxa, minha família não confiava em mim, fui perdendo os amigos aos poucos, no final das contas é meio complicado, tal, eu não tiro a razão deles afinal de contas eu estava em uma situação ruim nenhum amigo quer ver um amigo assim, aí as pessoas preferem se afastar a ficar vendo aquela situação e daí depois que eu já tinha parado de fumar crack, não que eu não recuperei os meus amigos, tenho sim meus amigos minha família, tenho minha família, mas a confiança da minha família eu não tenho (Entrevista João – 13/06/2018).

Com relação á procura pelo serviço, segundo o chefe do abrigo da cidade de Mariana, com “a mídia divulgando a volta da Samarco, essa população tem tendência a aumentar

porque as pessoas vêm à procura de serviço”. A empresa Samarco está parada desde o rompimento de uma de suas barragens (Barragem de Fundão) ocorrida no dia 05 de novembro de 2015, esse fato contribuiu para o aumento de desempregados na cidade (LACAZ; PORTO; PINHEIRO, 2017).

Geralmente pela baixa escolaridade que alguns possuem, como já foi relatado anteriormente, essa busca por emprego se torna mais difícil, como podemos verificar na fala do José que além de não ter estudo, é ex-presidiário, fato que aumenta ainda mais a discriminação sofrida e dificulta o acesso à atividades laborais “quando sai da cadeia é difícil arrumar serviço né, quando não tem estudo é mais difícil ainda”.

Além do preconceito que a PSR enfrenta quando busca emprego, seja pela falta de escolaridade, seja pela falta de residência fixa, eles enfrentam preconceito em relação à estética e higiene, bem como dificuldades de acesso às políticas públicas. E assim, a maioria das pessoas em situação de rua acaba por buscar trabalhos informais, já que não encontram oportunidades de trabalho formal devido a essa discriminação e preconceito vivida por eles

Sem contar que as cidades procuram “esconder” essa população, retirando-os dos locais que costumam ficar. Por exemplo, podemos citar o fato de que após início dessa pesquisa de campo, verificou-se a diminuição visível da presença dos moradores em situação de rua na cidade de Mariana. A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008) fala sobre a discriminação social que a PSR vivencia:

[...] a existência de pessoas em situação de rua, traz na própria denominação ‘rua’ a marca do estigma e da exclusão a que são submetidas. Sua presença incomoda e desconcerta quem busca ver nas ruas a mesma tranquilidade asséptica de conjuntos habitacionais com circulação restrita de pessoas (BRASIL, 2008, p.3).

Desse modo, vale mencionar aqui a prática higienista adotada por algumas cidades, como é o caso de São Paulo, onde atualmente são jogados jatos de água fria nas pessoas em situação de rua no intuito de “limpar” a cidade.

Fato é que mesmo com as políticas públicas vigentes no que se refere ao atendimento e amparo da PSR, muitas dificuldades ainda são enfrentadas tanto no que tange à relação usuários e serviços, quanto na disponibilidade de oportunidades e adesão desses indivíduos, já que muitas vezes a falta de conscientização e esclarecimento leva à fragilidade dessa relação.

Outro ponto importante é que as políticas públicas devem ser direcionadas à inclusão do sujeito e proporcionar oportunidades de reinserção social, mas de acordo com a vontade do

usuário, respeitando sempre sua decisão, sobretudo se comparadas às experiências com medidas assistencialistas isoladas.

3.1 A realidade de quem está em situação de rua na Cidade de Mariana

Ao analisar, a fala dos usuários é possível perceber como é a vivência deles nas ruas. O Pedro relata que há seis meses que está na cidade. Ele é bastante comunicativo, logo começou a falar sobre sua história de vida, que veio para Mariana, para se distanciar da cidade em que vivia por questões particulares, “eu vim pra cá sem expectativa de arrumar emprego nem nada, desiludido. Desiludido, porque sai da cidade que eu conhecia de cabo a rabo com conhecimento para trabalhar pelo menos autônomo”. Mesmo nunca tendo morado nas ruas ele reconhece suas experiências como morador em situação de rua.

[...] e de repente me senti na rua aberto a qualquer tipo de adversidade que possa acontecer... a gente tinha nossa cama móvel, tinha que estar levando indo e voltando... eu nunca morei na rua, eu não sabia do que morador de rua precisa, ele não tem um teto para ficar, eu não sabia a quantidade de frio que era, eu fiquei na rua 15 dias antes de ir para o abrigo, e foi um ensinamento que eu tive, aprendi o quanto você tem que dar valor a sua cama que você deita todo dia, a coberta que você se cobre, você seus filhos e seus familiares, quatro paredes e um teto fazem muita diferença na vida de uma pessoa (Entrevista Pedro-07/06/2018).

Além do frio relatado nesse depoimento, outra dificuldade identificada na vivência nas ruas é a falta de documentos, isso fica claro na fala do Pedro:

[...] arrumei uma carona para eu ir para Ponte Nova, para eu resolver essa questão do meu curso de vigilante, aí lá eu não pude fazer porque não estou com minha identidade, eu estou com minha carteira de motorista, mas precisava da identidade, porque tem órgão expedidor, data de emissão aí eu não consegui fazer, tenho todos os documentos, só falta a identidade, e eu tenho que ir para Maceió para conseguir tirar (Entrevista Pedro – 07/06/2018).

As dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua com a falta de documentos e também com a falta de escolaridade, pois alguns deles são analfabetos, ficam explícitas quando eles são abordados por policiais e não tem documentos para apresentar, não sabem escrever seus nomes, e por esses motivos muitas das vezes, eles têm que recorrer ao auxílio dos equipamentos de atendimento para atestar o fato.

Segundo eles, outra dificuldade que possuem ao ficar na rua, são os constantes roubos que acontecem entre eles. Como já foi dito anteriormente, o CREAS guarda os documentos das pessoas em situação de rua cadastradas no equipamento, dentro de uma pasta que cada

usuário possui, e também são guardados os objetos pessoais dentro de armários individuais, mas os objetos que permanecem com eles acabam “sumindo”. O Pedro conta também que na época em que estava nas ruas, teve todos os seus colchões e cobertas, queimados por uma moradora de rua:

[...] uma moça moradora de rua também, estava muito doida e colocou fogo em tudo, tinha colchões. Depois de uma semana que nos estávamos lá dormindo, aconteceu o incidente do fogo, até o PVC do forro derreteu, a gente ficou desesperado, e agora? Mesmo assim depois que os bombeiros apagaram o fogo, a gente fez uma limpeza com pano para pra poder dormir (Entrevista Pedro – 07/06/2018).

Esse princípio de incêndio ocorreu do lado externo do CAPS onde dormem algumas pessoas. Atualmente, vestígios desse fogo ainda permanecem no local, apesar da limpeza realizada.

Como meios de sobrevivência, o Pedro, faz suas refeições no CREAS e no abrigo, não vive de esmolas e vê na fabricação de *puff*, um meio de sobrevivência para ele e para o amigo que também faz *puff*, como podemos ver em sua fala:

[...] estou fazendo essa questão do *puff*, vou levar esse por como uma forma de ganhar dinheiro, que meu colega graças a Deus está começando a ver os frutos que ele plantou, é como eu disse a você, ele estava desacreditado, ele chegou aqui, tudo final de semana ele vinha com dinheiro para gastarmos e usar muito craque, mas agora ele não quer saber de crack, não quer saber de nada, e agora ele está a todo vapor, já tem dois para entregar para uma pessoa, 100 reais, agora você acha que ele está desanimado? Você vê logo na cara dele o sorriso, a eficiência a rapidez, está vendo como faz a diferença um curso, ele já sabia, passar essa arte pra ele é prazeroso, então outras pessoas aprenderem, então aquele cara que de repente volta para sua família, que tava internado sabendo isso faz dinheiro, gera renda, renda gera consumo e todo mundo sai ganhando com isso (Entrevista Pedro – 07/06/2018).

Ainda segundo ele, não possui nenhum familiar aqui, mas tem contato direto com sua família que ainda está em Maceió e conta ainda que pretende voltar para sua cidade, porque lá possui mais facilidade para sua sobrevivência, mas que ainda não possui dinheiro para custear a passagem, e que pretende falar com algum vereador da cidade para ajudar na quantia necessária, “tentar falar com um vereador desses, um ou outro para tá me ajudando na quantia, eu não quero dinheiro pra outra coisa, 378 reais a passagem”.

Não tenho parentes aqui, todos são de Maceió. Pretendo ir embora mês que vem, final de julho, eu vou comprar já a passagem para o meio do mês, comprar não, eu vou tentar falar com um vereador desses, um ou outro para ta me ajudando na quantia, eu não quero dinheiro pra outra coisa, 378 reais a passagem (Entrevista Pedro – 07/06/2018).

O José, é ex-presidiário, viveu por 8 anos nas ruas da cidade de Ponte Nova – MG e tem 1 ano e dois meses que está em situação de rua aqui em Mariana, faz suas refeições no CREAS e dorme na rodoviária. Ele conta que trabalha próximo ao local em que dorme:

[...] eu trabalho como chapa descarregando caminhões, quase todo dia de tardinha eu trabalho, eu gosto de trabalhar sozinho, trabalhar sozinho, o povo é ganancioso demais, eles querem trabalhar e voltar e trabalhar de novo, aí eu me afasto deles, ganância não leva a lugar nenhum [...] (Entrevista José – 14/06/2018).

Com relação a sua história de vida, José demonstra receio de relembrar o passado: “sobre os motivos da minha vinda pra rua, eu não gosto de lembrar, muito complicado, eu não gosto nem de ficar falando desses trem não, é ruim demais deixa pra lá”. Ele conta ainda que tem uma tia que mora na cidade, mas demonstra muita mágoa e raiva ao falar dela: “eu tenho uma tia aqui, que mora no rosário, mas não gosto de mexida não, é crente falsa né, mas ela vai acertar as contas com aquele que está lá em cima né”.

A partir dos relatos foi possível perceber que com o passar do tempo vivendo em situação de rua, as pessoas ficam desacreditadas, sem estímulos e muitas vezes acabam se culpando por não conseguir resolver os problemas que vão surgindo, quando na verdade, a maioria desses problemas surgem pelos padrões impostos pela sociedade burguesa e pela desigualdade de classe como consequência do Modo de Produção Capitalista.

O Pedro relata não ter familiares na cidade e por esse motivo foi morar com um amigo e depois na rua:

[...] eu tinha uma casa de aluguel, minha esposa tinha ido embora, fiquei sem ter para onde ir, fui pra casa de um amigo, no primeiro dia o peixe cheira, mas depois ele começa a feder e eu senti que não dava mais para ficar na casa do rapaz e eu fui pra rua e coincidentemente meu amigo, foi pra rua também, com aquele pensamento de derrotado, sendo a hora de se afundar todo o resto (Entrevista Pedro – 07/06/2018).

Durante a entrevista, João relatou que não tem “ninguém da família que mora aqui”, embora relatar ter contato com a família vivenciou a experiência de rua, conta também que é “ex-trecheiro” e que seus meios de sobrevivência é o artesanato e a música:

[...] meus meios de sobrevivência é o artesanato e música, mas quando eu ainda estava nas ruas eu pedia, mas isso antes, quando eu estava morando nas ruas, sou natural de Barretos, interior de São Paulo, vim para Mariana pela BR, eu vim como trecheiro, andando de cidade em cidade como trecheiro, passei por ouro preto, aí depois de ouro preto eu vim pra cá, não tenho nenhum parente aqui, eu não resolvi vim pra cá, eu estava passando pela região, passei por ouro preto, tal e quando eu cheguei em mariana eu dei um tempinho aqui e eu gostei tanto de mariana e esse

tempinho está durando 3 anos e alguns meses já, quando eu ceguei aqui eu ficava ali no salgado Bola, perto do sacolão, eu ficava na varanda ali mesmo, eu passava o dia na rua fazendo meu artesanato e a noite eu ia lá para o Bola, ele fiquei na rua um ano e pouquinho, e agora eu moro no aluguel social, [...] eu fiquei seis meses no abrigo depois dos seis meses do abrigo, aí eu já consegui o aluguel social (Entrevista João – 13/06/2018).

Depois desse depoimento, em outro momento o psicólogo do CREAS responsável pela PSR, conta “que por um tempo João recebeu o benefício do aluguel temporário, mas tem um tempo que esse benefício acabou e agora provavelmente ele custeia o aluguel com o valor que ele recebe do Programa Bolsa Família”. Qual seria seu receio em contar a origem correta do dinheiro com que paga aluguel?

O João conta que, ainda utiliza os serviços que são prestados para a população em situação de rua. Conta que faz as suas refeições no CREAS. Ele relata em seu depoimento as dificuldades que passou nas ruas.

[...] eu fiquei na rua um ano e pouquinho, e agora eu moro no aluguel social, quando eu estava na rua, dependendo do lugar é complicado pra higiene sabe, dormir na rua é a pior coisa, tirando a parte de dormir na rua, você quer tomar um banho é difícil, essas coisas. [...] Eu procurei o CAPS uma vez que eu resolvi dar um tempo com os baseadinhos, aí eu falei estou tão tristonho sem fumar, aí eu fui lá e falei com o doutor: doutor, não é uma boa assim, tipo para eu parar de fumar uns baseadinhos eu tomar uns antidepressivos aí ele falou que até é, mas você não sente vontade? Aí eu falei, não, eu fumo assim, tipo não tem nada pra mim fazer, eu me sinto meio tristonho aí eu vou lá e fumo um baseadinho aí ele me receitou cloridrato de fluoxetina, aí você toma de manhã aí você passa o dia de boa, já que você não tem vontade, aí eu falei o beleza, aí eu tomei o remédio, aí eu fiquei mais tranqüilinho (Entrevistado João – 13/06/2017).

Além das dificuldades que a vivência nas ruas acarreta, o cuidado com a higiene e saúde, de forma geral ficam comprometidos. As necessidades básicas em associação com distúrbios de saúde, geralmente pioram muito a situação da PSR. Ao terem acesso aos serviços de assistência, muitas dificuldades que eles enfrentam, de acordo com a violação dos seus direitos, podem ser minimizadas.

O Pedro também aborda sobre medicalização e faz associação desse fato com a necessidade de adotar estratégias para ocupação do tempo dessas pessoas que são usuárias de drogas:

[...] imagina aquelas pessoas que bebem ou usam drogas e você em vez de entupir de remédio pegar aquela pessoa para aprender a cultivar hortaliças, trabalhar no campo, ou aquela pessoa fazendo marcenaria, costume dizer que cabeça vazia é oficina do diabo e quando não se dá oportunidade essa pessoa se tranca [...] (Entrevista Pedro – 07/06/2018).

Mas nem todos os usuários querem participar das oficinas que são oferecidas, e suas vontades são respeitadas, fazendo valer o direito de ir e vir de todos os cidadãos. E fazendo valer desse direito de ir e vim, segundo o chefe de abrigo, muitas pessoas preferem ficar nas ruas para não perderem sua liberdade, e isso tem que ser levado em consideração. Segundo o Pedro, algumas pessoas reclamam dos serviços e muitas vezes preferem não utilizá-los devido às regras que existem.

[...] ter um padrão de regras e algumas pessoas não gostarem de um padrão de regras a aí ela reclama dos serviços como que os serviços fossem ruins, mas é por causa das regras (Entrevista Pedro – 07/06/2018).

O chefe de departamento do abrigo da cidade informou em entrevista, que os usuários participaram da elaboração dessas regras para utilização dos serviços.

Muitas vezes, as medidas de assistência às necessidades imediatas são importantes. Entretanto, a narrativa dos entrevistados aponta para uma questão relevante no que se refere à ocupação e possibilidades de reinserção social dessas pessoas. À medida que a PSR tem acesso não somente a condições de subsistência e cuidados com a saúde, mas também oportunidade de ocupação e aprendizado de atividades laborativas sua situação tem maior propensão de melhorar, de acordo com a sociedade burguesa.

3.2 A visão da população em situação de rua com relação aos serviços ofertados na cidade

Com relação aos equipamentos para o atendimento à população em situação de rua da cidade de Mariana, o João fala acerca dos serviços que são oferecidos:

O serviço que é prestado aqui, ele não só ajuda, como tipo ele acaba aproximando a população em situação de rua de um **nível aceito socialmente** sabe, a galera que está na rua, não tem um lugar para lavar roupa e aqui tem, você anda na rua todo sujo, as pessoas não te dão muita credibilidade sabe, aqui tem a refeição, o banho, é um serviço muito necessário mesmo, pelo que eu vejo aqui funciona bem (Entrevista João – 13/06/2018 – Grifo nosso).

Essa consideração nos remete a necessidade de enquadramento das pessoas dentro dos padrões estabelecidos pela sociedade burguesa, onde as pessoas em situação de rua não tem “credibilidade” e acabam sendo colocadas à margem da convivência social e podemos ver nesse depoimento que eles têm consciência da condição de marginalidade em que vivem. Sendo essa uma expressão da desigualdade de classe existente.

Na fala do Pedro, fica evidente a relação com o mundo do trabalho onde dentro da compreensão da ordem burguesa, o trabalho é tido com “bom e edificante”, e como ponto negativo do abrigo ele aponta:

[...] cada abrigo deveria ter um enxerto de atividades, lá tem atividades de leitura, eu não conheço muito bem as atividades porque não querendo ser maior ou menor do que ninguém, mas pelo meu caso, leitura ou outra coisa, eu estou bem quanto referente a isso, tenho 2º grau completo, a oficina seria muito bom nos abrigos, porque as pessoas lá estão desanimadas, deveria ter investimentos dos órgãos públicos em referente a isso, em oficinas de marcenaria, e outras, porque acho que não custa nada você pagar um funcionário para todo mês ele estar ali ensinando, animando os usuários e dizer, eu posso mudar de vida, é como na cadeia, são 30, 40, 50 100 pessoas dentro de uma cadeia e ali terminam sem fazer nada [...] a prefeitura entrar em convenio, o governo do estado entrar em convenio e vamos investir, vamos capacitar, soldagem industrial, caldeiraria, pode-se fazer isso, esse convenio, com certeza pode-se haver um desconto em questão de ICMS de impostos cobrados pelo governo, pela prefeitura para que incentive a que eu quero esses alunos, qual empresa não querer pagar menos e ganhar com isso (Entrevista Pedro – 07/06/2018).

Esse depoimento evidencia a necessidade de adequar a pessoa para o mundo do trabalho que é imposta pelo Modo Capitalista de Produção para exploração do trabalhador e manutenção do capital, colocando assim o morador de rua à margem dos padrões estabelecidos pela sociedade burguesa, pela situação em que vivem.

Assim, fica claro pela narrativa dos entrevistados que os equipamentos para atendimento da “população em situação de rua”, atendem suas necessidades com atendimento ótimo, mas não deveriam ficar restritos a apenas o que já é oferecido. Podemos verificar nos depoimentos, que para eles o atendimento é somente imediatista, e isso não resolve o problema na sua origem, pois a situação que fez as pessoas irem para as ruas são estruturais. Mas segundo o chefe de abrigo, os serviços e as oficinas são oferecidos de acordo com um planejamento, objetivando a reinserção do usuário na família ou então os auxiliando a conquistar a independência financeira, ou seja, trabalho para que essas pessoas continuem sendo exploradas pelo capital. Eles demonstram vontade de mudar de vida e para isso contam com ajuda dos equipamentos para atendimento à “população em situação de rua” que existe na cidade de Mariana, como podemos verificar na fala do Pedro, ele associa essa mudança com oportunidades que deveriam ser oferecidas:

Mudar de vida é ter oportunidade, trabalho, emprego, ou ter oportunidade de aprendizado, não ficar somente na leitura, incentiva o cara a aprender, a fazer um curso de marcenaria, carpintaria, cursos profissionalizantes escolha um lugar para que aquelas pessoas, poxa, eu posso vencer com isso, estou fazendo marcenaria, carpintaria então quando eu terminar eu posso, dá uma injeção de ânimo aquelas pessoas pensem que vou conseguir emprego, eu tenho uma profissão, e se não tem

uma profissão eu vou fazer o que? Sou inútil, tem pessoas que dizem isso (Entrevista Pedro – 07/06/2018).

Nos relatos supracitados podemos verificar que os próprios usuários verificam que são necessárias medidas mais efetivas nos cuidados e ações para o atendimento com a “população em situação de rua”, pois muitas vezes as ações adotadas não são suficientes ou não atendem às expectativas dos usuários. Podemos verificar essa situação na fala do Pedro: “Essa questão de dar colcha, de levar um café durante a noite, é uma ótima iniciativa, mas é mínima, não é uma iniciativa de 20% comparada aos 100”.

Diante desses relatos podemos entender que é necessário a criação de políticas que atendam a população em situação de rua, para que essas pessoas que vivem à margem da sociedade tenham mais oportunidades e suas situações não sejam mais agravadas.

Diante do exposto acima, podemos verificar que os serviços para atendimento a essa população não são adequados à realidade de vida deles. Talvez para planejamento desses serviços, deveria ter participação mais expressiva da população em situação de rua, para que essas pessoas tenham voz, passando assim a ocupar um papel mais expressivo na sociedade. Com a utilização do método usuário-guia talvez esses serviços alcancem pelo menos parte do que é proposto neles.

A população em situação de rua representa um desafio muito grande para o Serviço Social, justamente por isso é importante o serviço articulado entre os profissionais de diversos campos de saber, compartilhando conhecimentos em torno desse desafio que é a população em situação de rua.

Os relatos supracitados evidenciam a necessidade de que o Assistente Social, ao fazer a leitura da realidade apresentada pelo morador de rua, a partir do aporte teórico-metodológico e do código de ética, deverá intervir nesta realidade. Com estes suportes o profissional tem condições de realizar algum tipo de intervenção na realidade dos moradores de rua, pautada na defesa dos direitos sociais e desnudando a realidade para além da sua aparência.

Nas palavras de Iamamoto (2015), os assistentes sociais:

[...] trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2015, p. 28).

De acordo com a citação acima, fica claro a importância da atuação profissional do assistente social no acolhimento da população em situação de rua, e como atualmente na cidade não tem esse profissional disponível para essa demanda, o atendimento com relação à defesa de direitos dessas pessoas podem ficar comprometido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim dessa pesquisa, tivemos a oportunidade de conhecer através da fala da população em situação de rua, a visão que eles possuem sobre as instituições para seu atendimento na cidade de Mariana. Conhecemos também um pouco da realidade vivida por eles e pode-se dizer que há muitas considerações com relação ao atendimento que eles recebem na cidade de acordo com a visão deles, já que utilizamos aqui o método usuário-guia.

Na cidade, além do CREAS, CAPS, existe também o Abrigo, mas de acordo com a fala deles, nem todos os moradores em situação de rua utilizam todos os serviços que são ofertados. Eles utilizam apenas os serviços que atendam a suas necessidades imediatas, principalmente os que são oferecidos no CREAS, como café da manhã, almoço, café da tarde, banho e utilização do local para lavarem suas roupas. É interessante notar que nenhum dos entrevistados menciona as reuniões ampliadas para as quais essa população é convidada a participar.

Nas falas dos entrevistados, eles não acreditam nas possibilidades de mudanças da situação de rua em que vivem, apenas 1 dos entrevistados relatou desejo de voltar para sua terra.

Durante a pesquisa, pudemos perceber uma relação entre a existência da população em situação de rua com o Modo de Produção Capitalista, que cria uma condição de marginalidade para essas pessoas. Pelas falas dos moradores de rua entrevistados, podemos perceber que eles demonstram desejos de trabalho e dinheiro, relatam exercer alguma atividade informal, como “chapa”, artesão e fabricação de *puffs*, ou seja, todos vendem a única mercadoria que possuem, que é a força de trabalho, e por serem atividades informais, não geram reconhecimento do indivíduo, diante da sociedade capitalista, pois o que interessa para o capital é a exploração do trabalhador, e no trabalho informal, eles trabalham a hora que querem, como querem e o dia que querem.

Podemos verificar ainda, de acordo com as falas dos profissionais, que as ações desenvolvidas pelos serviços, são voltadas para a reinserção da pessoa na família ou a independência financeira. Mas será que é isso mesmo que eles precisam? Como todo cidadão, a população em situação de rua possui direito à liberdade de opinião e de expressão, o direito à vida e à liberdade, direito ao trabalho, direito à saúde, direito à educação e esses direitos são de todos os seres humanos, sem discriminação.

Esses direitos devem ser respeitados, cabendo não somente aos profissionais que os atendem, lutar ao lado deles, informando-os sobre esses direitos, mas também à toda a sociedade. Como podemos verificar no decorrer da nossa pesquisa, os avanços com relação aos direitos da população em situação de rua conquistados nacionalmente foram adquiridos com a luta do público alvo, e na cidade de Mariana verificamos a necessidade de união da população em situação de rua.

De acordo com a pesquisa realizada, um momento importante para essa união entre os profissionais, a sociedade civil e o público alvo, são as reuniões ampliadas que ocorrem de 60 em 60 dias, pois ocorre articulação dos usuários com os diversos setores da sociedade. É nesse momento também que os usuários têm a oportunidade de colocarem suas necessidades, de se organizarem politicamente para terem voz nos processos e nos serviços que são ofertadas para eles na cidade.

Tivemos a oportunidade de verificar, durante os relatos dos profissionais, que existe uma deficiência de mão de obra técnica para atender às demandas apresentadas pela população em situação de rua, situação que se torna ainda pior devido aos tipos de contratos de trabalho que são ofertados, o que os impossibilitam muitas vezes de dar continuidade nos projetos e estabelecer vínculo com os usuários.

De acordo com informação dos profissionais dos serviços, podemos verificar que em algumas situações existe “condicionalidades” para que o usuário tenha direito a algum serviço que é ofertado, podemos citar por exemplo, o almoço no CREAS que só é servido para quem fica no equipamento participando das oficinas desde o café da manhã até o almoço, podemos citar também, ainda de acordo com os profissionais, que o usuário do abrigo não pode dormir fora. Situações essas, em que os direitos da população em situação de rua são violados.

Conforme o que podemos verificar no decorrer da nossa pesquisa, essa violação de direitos se origina devido às desigualdades de classe existente e tem como questão central a habitação. Com a falta de moradia fixa, direitos básicos e essenciais à vida digna são violados, como desemprego, fome, frio, violência física e moral, preconceito, solidão, indiferença, bem como inúmeras barreiras no acesso às políticas de saúde, assistência social, educação, trabalho e renda, habitação, alimentação, segurança e a prática higienista que são usadas por alguns municípios numa tentativa de limpar, maquiagem a cidade, dentre outras. A sociedade, não pode seguir indiferente aos direitos da população em situação de rua, que ainda está fragilizada e ainda possui pouca visibilidade social.

Destacamos ainda que o debate envolvendo a população em situação de rua torna-se necessário, pois esse é um assunto pouco falado tanto nas universidades quanto na sociedade.

Diante das especificidades e desafios do trabalho profissional das equipes interdisciplinares responsáveis pela população em situação de rua, este estudo pode contribuir para o interesse e discussão desse tema na academia, nas disciplinas que já fala um pouco sobre ele, para estimular a produção de trabalhos e pesquisas acadêmicas, e também maior aproximação da universidade com os equipamentos que atendem a essa população.

Acreditamos que os resultados apresentados podem produzir maior visibilidade para a população em situação de rua, sua existência e sua voz. Pensando também na sua participação na elaboração de políticas e serviços para seu atendimento. Assim como nossa experiência produziu uma mudança de olhar para esses processos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz T. “Questão social” e Serviço Social no Brasil. In: SILVA (Org.) **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.
- AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. 2ª Ed. Cap.2. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995 – p. 51-85.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas. Atualizada até emenda 99/17.
- BRASIL, **Decreto de 25 de outubro de 2006**. Constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.
- BRASIL, **Decreto nº 3.088**, de 23 de dezembro de 2011, Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- BRASIL, **Decreto nº 7.053** de 23 de dezembro de 2009, Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.
- BRASIL, **LEI Nº 11.258**, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.
- BRASIL, **LEI Nº 3155**, de 11 de Julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Ativa-Idade de Reinserção ao Mercado de Trabalho e dá outras providências.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.305** de 24 de dezembro de 2009. Institui o Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 25 dez. 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt3305_24_12_2009.html>. Acesso em: 01/07/2018.
- BRASIL, **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**, 2008.
- BRASIL, **Portaria nº 336**, de 19 de fevereiro de 2002. Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial possam constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional, conforme disposto nesta Portaria.

FRAINER, Juliana; CAPRI, Daniela; SOUZA, Sabrina de. **MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - PÓS GRADUAÇÃO**. 2017. CESUSC, Florianópolis, 2017.

FREIRE, Ana Alice; SANTANA, Carmem. As políticas de saúde no Brasil. In. SANTANA, C. L. A; ROSA, A. S. (Org.) **Saúde Mental das Pessoas em Situação de Rua: Conceitos e práticas para profissionais da assistência social**. São Paulo: Epidaurus Medicina e Arte, 2016.

FREITAS, Cledione Jacinto; JUSTO, José Sterza. Políticas públicas e a gestão de mobilidade de trecheiros em cidades pequenas. **Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá**, v. 8, n. 2, p. 105-123, 2016.

GRACINO JÚNIOR, Paulo. Mariana – da cidade patrimônio a cidade partida. **UNESP – FCLAs – CEDAP**, v.3, n.2, p. 147, 2007.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade. Assistência social políticas e direitos**. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. M.; CARVALHO. R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica**. 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2004. p.103-121.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística. Editora IBGE: Rio de Janeiro, Ano 1957-1964, 1964.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro; PORTO, Marcelo Firpo de Sousa; PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v.42, p.1-12, 2017.

LUCCA, D. Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro. In. RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. (Org.) **Novas Faces da Vida nas Ruas**. São Carlos: Edufscar, 2016.

MARTINS, Maria Inês Carsalade; MOLINARO, Alex. Reestruturação produtiva e seu impacto nas relações de trabalho nos serviços públicos de saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, n.6, p. 1667-1676, 2013.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MELO, T. “Da rua pra rua”: novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). In. RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. (Org.) **Novas Faces da Vida nas Ruas**. São Carlos: Edufscar, 2016.

MOEBUS, R.N.; MERHY, E.E; SILVA, E. O usuário-cidadão como guia. Como pode a onda elevar-se acima da montanha. In. MERHY, E. E. et al. (Org.) **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: Surpreendendo o instituto nas redes**. Rio de Janeiro: Hexis, 2016.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. Superpopulação relativa e “nova questão social”: um convite às categorias marxianas. **Revista Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 276-283, 2010.

ROSA, C. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHMITT, Aline Alflen; SCHWEITZER, Lucas. População em situação de rua e trabalho: relato de experiência. **ECOS | Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Florianópolis, ano1, v. 7, p. 103-111, 2017.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). **Saúde Mental e Serviço Social: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 2. Serviço Social e Interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental. p. 35-67

SITES

ASSISTENTES SOCIAIS DEFENDEM OS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Disponível em: <<http://cressmt.org.br/novo/assistentes-sociais-defendem-os-direitos-da-populacao-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em 04/07/2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/>>. Acesso em 25/05/2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <<http://mds.gov.br/>>. Acesso em 20/05/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/historico>>. Acesso em 02/04/2018.

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS. Disponível em
<<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em 25/05/2018.

SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Disponível em:
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_ rua.pdf>. Acesso em 29/06/2-18.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Sistema de Bibliotecas e Informação. Guia para normalização bibliográfica de trabalhos acadêmicos. Ouro Preto, 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.sisbin.ufop.br/>>. Acesso em: 04/01/2018.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

Eu, _____, declaro, para os devidos fins, ter sido informado (a) verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **População em situação de rua e as instituições para seu atendimento sob a visão do usuário**. A pesquisa será conduzida por **Regina Vieira Gonçalves**, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, orientada pela Professora **Regina Célia da Cruz**, pertencente ao quadro docente da Universidade Federal de Ouro Preto. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do curso de Serviço Social, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. O objetivo desse trabalho é pesquisar a dinâmica do trabalho e dos serviços de atendimento à População em Situação de Rua da cidade de Mariana, a partir do olhar dos trabalhadores e dos usuários dos serviços em suas estratégias de sobrevivência.

Fui esclarecido (a) sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados, a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes. Além de ter o meu direito assegurado para interromper minha participação no momento que achar necessário e da não existência de qualquer remuneração para a realização da entrevista.

Mariana, ____ de _____ de _____.

_____.

Assinatura do participante

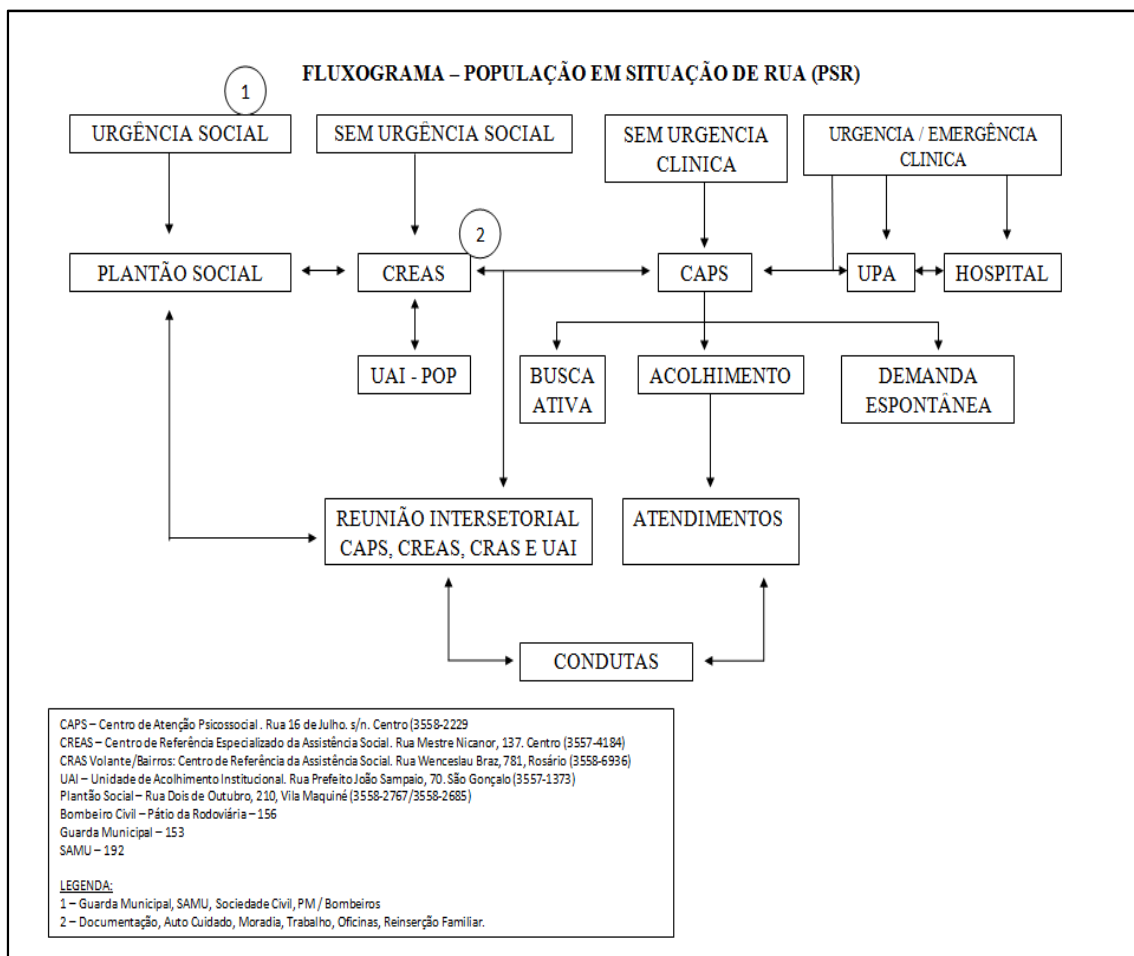
Pesquisadora Responsável: Regina Vieira Gonçalves

Orientadora Prof.^a: Regina Célia da Cruz

UFOP - Departamento de Serviço Social - DESER

Endereço: Rua do Catete, 166. Contato: (31)3558-2275

ANEXO A – Fluxograma de Atendimento para a População em Situação de Rua (PSR)



Fonte: CAPS de Mariana

ANEXO B: Declaração

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Faculdade de Serviço Social



Certifico que a(o) estudante **Regina Vieira Gonçalves**, autora(o) do trabalho de conclusão de curso intitulado “**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE MARIANA – MG E OS SERVIÇOS PARA SEU ATENDIMENTO SOB A VISÃO DO USUÁRIO**”, efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Regina Célia da Cruz
Orientadora

Mariana, 19 de Julho de 2018.